

NÉLIDA DO ROSÁRIO DA LUZ

**O CONTRIBUTO DO TURISMO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA ILHA DA BOAVISTA**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Moraes Sarmento Ferreira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
FCSEA – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

Lisboa, 2013

NÉLIDA DO ROSÁRIO DA LUZ

**O CONTRIBUTO DO TURISMO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA ILHA DA BOAVISTA**

Dissertação apresentada para
obtenção do Grau de Mestre em
Turismo no Curso de Mestrado em
Turismo conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Moraes Sarmiento Ferreira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
FCSEA – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

Lisboa, 2013

DEDICATÓRIA

AOS MEUS PAIS E IRMÃOS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus por me ter dado forças para lutar pelos meus objetivos e de ter colocado no meu caminho as pessoas certas que me apoiaram quando mais precisei.

Minha mais profunda gratidão ao meu orientador Professor Dr. Eduardo Moraes Sarmiento pela orientação, apoio, disponibilidade e compreensão durante o tempo do projeto, mesmo a distância. Muito obrigado. Ao meu professor de Gestão Hoteleira da Licenciatura, Dr. Rodrigues Costa, um muito obrigado pelo apoio, incentivo e por ter acreditado em mim.

Os meus sinceros agradecimentos aos meus pais (meus heróis), Maria da Conceição Fortes do Rosário da Luz e Júlio Manuel da Luz, meus nove irmãos que mesmo longe sempre se fizeram sentir presentes. Obrigado pela força, coragem, incentivo, por tudo.

À minha “*magruxinha*” (irmã mais nova que eu), minha mais que tudo, minha companheira de luta; muito obrigada por ter estado sempre presente, agradeço a força, apoio, coragem, colo, por ter cuidado de mim e dado me a mão como se fosse eu a mais nova, por não me ter deixado desistir, por me ter ensinado acreditar em mim – “*bo ê txeu especial*”.

Ao Dr. José Rodrigues meu grande amigo muito obrigado por tudo.

Ao Dr. José Rebelo e o Dr. José Pina sou grata por me terem facultado alguns apontamentos e os dados estatísticos sobre a ilha da Boavista.

A todos os meus amigos que me apoiaram aceitando as minhas mudanças de humor e constante ausência, aqui esta o resultado; a vocês um muito obrigado pelo apoio, amizade e incentivo.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que tive a oportunidade de conhecer que direta ou indiretamente contribuíram para a minha aprendizagem pessoal e universitária durante a minha vida académica em Lisboa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da problemática do contributo do turismo para o desenvolvimento sustentável.

O estudo desenvolveu-se em três fases. Na primeira, através de pesquisa e revisão bibliográfica sobre o conceito do desenvolvimento sustentável. A segunda assentou num trabalho de investigação realizado em dois aspetos: primeira onde se faz a caracterização do destino turístico da ilha de Boavista; a segunda, onde se analisa através de dados disponíveis o turismo em Cabo Verde e na ilha de Boavista. Na terceira fase do estudo, desenvolveu-se um modelo com o intuito do contributo do turismo para o desenvolvimento sustentável.

Palavra-chave: Desenvolvimento sustentável, Turismo em Cabo Verde, Turismo na Boavista

ABSTRACT

The present work aims to study the issue of the contribution of tourism to sustainable development.

The study was developed in three phases. At first, through research and literature review on the concept of sustainable development. The second was based on a research work carried out in two aspects: first where it makes the characterization of the tourist destination on the island of Boavista, the second, which is analyzed through data available tourism in Cape Verde and the island of Boavista. In the third phase of the study, developed a model for the purpose of the contribution of tourism to sustainable development.

Key words: Sustainable development, Tourism in Cape Verde, Tourism in Boavista.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

AEB – Água e Energia de Boavista

AIEST – Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism

BCV – Banco de Cabo Verde

CCIT/PCV – Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal e Cabo Verde

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CVE – Escudos Cabo-verdianos

DGA – Direção Geral do Ambiente

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatística

INGRH – Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos

INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

MAHOT – Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

OMT – Organização Mundial para o Turismo

ONG – Organizações Não Governamentais

PFIE – Programa de Formação e Informação para o Ambiente

PIB – Produto Interno Bruto

PRCM – Programa Regional de Conservação das Zonas Marinhas e Costeiras

SEPA – Secretariado Executivo para o Ambiente

SIA – Sistema de Informação Ambiental

UN – Nações Unidas

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente (United Nations Environment Programme)

WTO – World Tourism Organization

ZDTI – Zona de Desenvolvimento Turístico Integral

ZEE – Zona Económica Exclusiva

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1 – Revisão dos conceitos de turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável	15
1.1. Turismo – definição e conceitos	15
1.2. Relações entre Turismo, Sociedade, Economia e Meio Ambiente	17
1.3. Discussão sobre o conceito de Desenvolvimento vs a temática ambiental	22
1.4. O turismo e Desenvolvimento Sustentável	24
1.4.1. Sustentabilidade social	28
1.4.2. Sustentabilidade económica	28
1.4.3. Sustentabilidade ambiental.....	29
CAPITULO II – Perfil de Cabo Verde e da ilha da Boavista	30
2.1. Fotografia de Cabo Verde	30
2.2. Fotografia da ilha da Boavista	34
2.2.1. Localização geográfica	34
2.2.2. Caracterização socioeconómica	35
2.2.3. Caracterização ambiental	38
2.2.4. Políticas, Programas e Ações de Conservação do Ambiente	40
2.2.5. Potencialidades Turísticas da Ilha da Boavista	45
2.2.6. Turismo na ilha da Boavista.....	47
2.2.6.1. Caraterização da oferta turística	47
2.2.6.2. Caraterização da procura turística	49
CAPITULO III – Análise global dos efeitos do turismo na ilha da Boavista	58
3.1. Impacte económico do turismo	58
3.1.1. Turismo e Emprego.....	58
3.1.2. Turismo e Rendimento	62
3.2. Impacte social do turismo	63
3.2.1. Turismo e estruturas sociais	63
3.2.2. Turismo e Cultura	65
3.3.3. Turismo e problemáticas sociais	66
3.4. Impactes Ambientais do Turismo	67
CONCLUSÃO.....	73
BIBLIOGRAFIA	78

TABELA DOS QUADROS:

Quadro 1: Evolução dos hóspedes e das dormidas em Cabo Verde entre 2008 e 2012.....	32
Quadro 2: Evolução da população residente em Cabo Verde e nas várias ilhas por Concelho (1900 – 2010).....	35
Quadro 3: Evolução da população na ilha da Boavista por género.....	36
Quadro 4: Evolução do n.º de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço de 2001 a 2011 – Cabo Verde.....	47
Quadro 5: Evolução do número de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço de 2004 a 2011 na ilha da Boavista.....	48
Quadro 6: Peso da Boavista relativamente a Cabo Verde entre 2004 e 2011 (%).....	48
Quadro 7: Estabelecimentos de alojamento na ilha da Boavista (2011).....	49
Quadro 8: Hóspedes segundo a ilha, por país de residência dos hóspedes (2011).....	49
Quadro 9: Hóspedes segundo o tipo de estabelecimento, por país de residência habitual dos hóspedes em Cabo Verde (2011).....	51
Quadro 10: Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento, por país de residência habitual dos hóspedes em Cabo Verde (2011).....	51
Quadro 11: Taxa de ocupação-cama segundo o tipo dos estabelecimentos, por ilha (2011).....	52
Quadro 12: População da ilha da Boavista por setor de actividade (2010).....	59
Quadro 13: Pessoal ao serviço, nacional e estrangeiro por ilha (2011).....	59
Quadro 14: Pessoal ao serviço segundo o tipo de estabelecimento por ilha, (2011).....	60
Quadro 15: Pessoal ao serviço segundo o tipo de estabelecimento na ilha da Boavista.....	61
Quadro 16: Estabelecimentos de alojamento segundo a participação maioritária no capital social (2009).....	62
Quadro 17: Evolução dos indicadores do turismo (Cabo Verde).....	63
Quadro 18: Distribuição da população da ilha da Boavista (2010).....	64

Quadro 19: Áreas protegidas da ilha da Boavista.....	69
--	----

TABELA DOS GRAFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos hóspedes segundo o tipo de estabelecimentos (%)	33
Gráfico 2: Distribuição dos hóspedes e dormidas segundo as ilhas (%).....	34
Gráfico 3 – Distribuição dos hóspedes segundo a ilha, por país de residência habitual dos hóspedes (2006).....	50

TABELA DAS FIGURAS

Figura 1 - Localização da ilha da Boavista.....	34
Figura 2: Áreas Protegidas da Boavista.....	43
Figura 3: Acampamento em Ervatão.....	43

INTRODUÇÃO

O turismo constitui atualmente a maior atividade mundial de serviços, aproximando-se da indústria petrolífera e automóvel. Este exponencial crescimento da atividade económica do turismo constitui um fenómeno a escala global que remonta ao fim do segundo conflito mundial, momento a partir do qual um número considerável de cidadãos passa a desfrutar de tempo e rendimento para viajar, efeito resultante, por exemplo, da aquisição do direito de férias pagas (Ferreira, 2008).

De igual modo, a atividade do turismo apresenta-se como uma oportunidade de desenvolvimento económico e social excecional que resulta não só da importância e das perspectivas de crescimento futuro que o setor tem e terá na economia mundial, mas também das transformações que tanto a oferta como a procura irão conhecer, transformações que resultarão ainda da dinamização de novos produtos turísticos e da exploração de novos segmentos de mercado. Por seu turno, as economias, não obstante apresentarem características distintas, pois cada economia é única dada a sua contextualização, há aspetos e vulnerabilidades que partilham e que devem ser integradas nas políticas de desenvolvimento sob pena de condicionar toda a estratégia interna de desenvolvimento (Ferreira, 2008).

Em Cabo Verde, os sucessivos Governos têm apostado no setor do turismo como principal vetor do desenvolvimento económico e social sustentado deste País, atraindo investimentos consideráveis, destinados a potenciar um crescimento ímpar nos próximos anos, liderado pela imobiliária turística. Esta aposta revela-se uma decisão estratégica importante, com impacto positivo nos restantes setores, na criação de empregos e no crescimento do produto (www.bcv.cv).

Cabo Verde caracteriza-se por uma pequena economia aberta, muito condicionada pela conjuntura externa, o que é explicado pela elevada dependência das importações e dos fluxos de capitais externos, quer de carácter unilateral (donativos e remessas de emigrantes) e, cada vez mais, e em substituição àqueles, aos de carácter bilateral, como sejam os fluxos do investimento direto estrangeiro.

As pequenas economias insulares apresentam um conjunto de aspetos e de características comuns que os distinguem de outras, das quais se poderão destacar de uma forma geral, as seguintes: a pequena dimensão do mercado interno, a base limitada de recursos domésticos, a distância e isolamento geográfico, a capacidade institucional limitada, a abertura em relação ao comércio externo, a dependência relativamente aos fluxos externos instáveis e a suscetibilidade aos riscos naturais e mudanças ambientais.

Em particular, as pequenas economias enfrentam graves problemas, designadamente em termos de pobreza, desigualdade, bem como uma maior vulnerabilidade perante os choques. Estes problemas são, por sua vez, agravados pelo fato de se assistir a uma dispersão das populações por várias ilhas (Ferreira, 2008).

No entanto, estes aspetos não deverão ser obrigatoriamente vistos como um encargo. Com efeito, tal poderá ser encarado como um ativo, como o perspectiva muitos autores, desde logo porque apresentam uma maior capacidade de flexibilização, o que lhes confere uma capacidade de adaptação mais rápida as mudanças e lhes permite atingir níveis de crescimento mais rápidos, maiores níveis de produtividade e de coesão social do que as maiores economias.

As tendências de evolução do turismo apontam para a globalização dos destinos, uma diversificação cada vez maior da procura e uma diferenciação do produto. A riqueza cultural cabo-verdiana, o contraste natural, a especificidade de cada ilha permite pensar em projetar o País a nível mundial como um destino privilegiado. Sendo que segundo estimativas oficiais, até 2015 o número de turistas para Cabo Verde deve atingir cerca de 1 milhão, o setor contribuirá 30% para o PIB e empregará cerca de 53.000 pessoas (www.bcv.cv).

Esta investigação, em termos metodológicos pode ser apresentada como um estudo de caso e pretende responder às seguintes questões:

- Qual é o contributo do turismo para o desenvolvimento sustentável da ilha da Boavista?
- Em que situação se encontra a ilha da Boavista?

A natureza desta investigação é qualitativa, pois procederá a uma análise documental, descritiva e aplicada. As fontes de informação a que se recorrerá para elaborar este trabalho consistem em textos teóricos, documentos oficiais e dados estatísticos. A recolha de material sobre o objeto de estudo resultou, sobretudo da pesquisa documental junto de bibliotecas e de instituições do ensino superior. Além disso, a autora reside na ilha, pelo que existe uma complementaridade das análises teóricas com o trabalho de campo.

A escolha da ilha da Boavista deve-se ao fato de esta se perspetivar atualmente como o principal destino turístico cabo-verdiano desde que foi inaugurado o aeroporto internacional, em outubro de 2007.

METODOLOGIA

Problemática

Atento ao progresso acelerado e com um planeamento ainda deficiente que o turismo provocou em Cabo Verde, especialmente na ilha da Boavista, é razoável questionar se os investimentos em execução levam em consideração o desenvolvimento sustentável da ilha.

A presente pesquisa procurou levantar informações acerca dos investimentos que vêm sendo realizados na ilha da Boavista e da procura e oferta turística na ilha, de modo a poder avaliar até que ponto esses aspetos se encontram em harmonia com o conceito de desenvolvimento sustentável. Deste modo, o conceito de desenvolvimento sustentável, como é percebido nos nossos dias atuais, é aqui observado nas suas três dimensões básicas: ambiental, social e económica. A partir do estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo e sustentabilidade no caso concreto da ilha da Boavista, pode-se analisar a sustentabilidade nas dimensões atrás referidas, avaliando o modo como o turismo se tem apresentado em termos de alternativa de desenvolvimento local.

Os autores Holanda & Vieira (2003) afirmam que a relação entre turismo e desenvolvimento sustentável é inconsistente, ressaltando, porém, que o turismo devidamente planeado, pode elevar-se à condição de alternativa de desenvolvimento local, com benefícios para a região recetora caso este planeamento tenha em linha de conta uma maior articulação entre os diferentes atores do desenvolvimento. Assim, um aspeto que assegura a relevância do presente estudo reside na análise da participação coletiva dos vários atores no processo de planeamento do turismo na ilha da Boavista, de modo a verificar se o turismo se estabelece de maneira socialmente responsável e se o planeamento traçado é coerente com a noção de desenvolvimento sustentável.

Além disso, a pesquisa procura contribuir para o debate em torno das diversas correntes que discutem o turismo como prática rumo ao desenvolvimento, na medida em que se propôs a avaliar o impacto dos investimentos turísticos sob a ótica da sustentabilidade do desenvolvimento local.

Além disso, esta pesquisa também tem a pretensão de enriquecer o conjunto de informações existentes na área de conhecimento, tendo em vista o local estudado, contribuindo assim para o reforço da base de conhecimentos sobre o assunto.

Delimitação do estudo

O presente estudo restringiu-se a verificar a promoção do desenvolvimento do turismo, tendo em vista as três dimensões de sustentabilidade propostas. Como se referiu, o estudo teve como objeto o desenvolvimento do turismo na ilha da Boavista, que, hoje em dia, constitui a principal alternativa económica para a população local. Assim, a atenção fixou-se nos investimentos turísticos implantados na ilha, na caracterização da oferta e procura turística na ilha bem como em aspetos políticos e legais que orientam o setor, procurando verificar se há coerência entre a ação e o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme três das suas dimensões, a saber: económica, social e ambiental.

Organização do trabalho

A dissertação inicia-se com a introdução onde se apresenta a descrição do problema que norteou a pesquisa, sua relevância e objetivos, a delimitação do estudo e a configuração da forma como o trabalho está organizado.

Após a apresentação da metodologia utilizada e a organização do presente trabalho, segue-se um capítulo que apresenta o referencial teórico. Nele procede-se à revisão da literatura sobre turismo e dos conceitos relacionados com o desenvolvimento sustentável. São apresentadas e discutidas as opiniões de diversos autores sobre o turismo, o desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e as dimensões da sustentabilidade. O capítulo encerra com a apresentação do carácter sistémico da sustentabilidade e a consequente interdependência de três das suas dimensões.

No segundo capítulo procede-se a uma breve apresentação do país e a uma análise pormenorizada da ilha em termos da sua localização, aspetos demográficos, sociais, económicos e ambientais. É também caracterizada o setor do turismo na ilha e os seus impactes enquanto alternativa económica.

Por fim, no terceiro e último capítulo, atendendo as características e aspetos demográficos, sociais, económicos e ambientais da ilha da Boavista e apresentados no capítulo precedente, se propõe analisar a situação atual de ilha assim como os impactes do turismo nesta a nível social, económico e ambiental.

CAPITULO 1 – Revisão dos conceitos de turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável

Na nossa atualidade é já comum afirmar-se que o turismo é uma das atividades centrais quando se considera a perspetiva de desenvolvimento económico, tanto para a ilha da Boavista quanto para todo o Cabo Verde. Mas, para tanto, é necessário que a própria atividade turística seja abordada tendo em vista a sua otimização. Nesse sentido, não se pode deixar de levar em conta que essa atividade, sua conceção enquanto prática de mercado evoluiu sensivelmente na última década. Isto se deu não só pela perceção que se tem hoje da complexa rede que constitui a própria atividade, mas também por mudanças na conceção de desenvolvimento económico. É a conceção de turismo articulada à conceção de desenvolvimento sustentável, o que será visto no presente capítulo, procedendo neste excerto à revisão da literatura teórica referente ao tema.

Assim, será aqui abordada de uma forma geral a evolução do turismo e os seus efeitos globais, bem como os efeitos em termos de desenvolvimento sustentável. Além disso, serão ainda enunciados alguns conceitos, nomeadamente os conceitos de turismo, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e relatar as perspetivas históricas de alguns desses conceitos.

1.1. Turismo – definição e conceitos

Pensamos que, antes de iniciarmos uma tese de Mestrado em Turismo, é importante ponderarmos uma definição sobre o mesmo. É assim que a Organização Mundial para o Turismo (OMT) oferece um conceito de turismo que abarca a variável tempo diferentemente de outras definições que encontramos na vasta literatura existente sobre esta matéria que se cingem ao entendimento do turismo como viagens feitas com a finalidade de lazer a locais de interesse ou enquanto rede de serviços que atende aos viajantes.

Historicamente, primeiro delineou-se o conceito de turista e a partir deste, mais tarde, surgem às tentativas de definição de turismo tendo como referência fundamental aquele. Entretanto, antes do aparecimento desta expressão utilizou-se indistintamente as expressões hóspede, viandante, viajante ou forasteiro que, ligadas as noções de territorialidade e fronteira, eram utilizadas, essencialmente, para se referir ao homem sedentário que por inúmeras razões se deslocava de um sítio para o outro. Cunha (2009)

É geralmente aceite que a necessidade de uma designação própria para esta movimentação dos homens de um sítio para o outro por razões múltiplas, começou a ser

sentida aquando da realização pelos ingleses de viagens ao continente europeu, para complemento da sua educação, sobretudo a partir do século XVII, durante as quais realizavam o Grand Tour (Boyer, 2000). Aqueles que participavam nestas viagens passaram a ser conhecidos por “turistas” (*tourists*) e a atividade a que deram origem passou a designar-se por turismo (*tourism*). Cunha (2009)

Há estudos que entretanto apontam como primeira definição do turismo a que foi apresentada em 1910 pelo economista austríaco Herman Von Schullern zu Schrattenhofen (Bernecker, 1965) que apontava ao turismo o carácter primordial de um fenómeno de ordem económica numa dada comuna, província ou estado, resultante da chegada, estadia e partida de viajantes. Até aos anos trinta do século passado, houve muitos autores que posicionaram-se na linha deste conceito como fizeram, por exemplo, Fiquerola (1987), Buckart e Medlik (1981), Tribe (2006), Mathieson e Wall (1982) ou Papadopoulos (1986). Entretanto, há muitos outros autores para os quais o turismo não é um fenómeno nem um simples conjunto de indústrias pois consideram-no uma atividade humana que envolve movimentos e comportamentos humanos, o uso de recursos, a interação com outras pessoas, economias e ambiente.

A *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism* (AIEST), por sua vez, adotou o noção formulada por Hunziker e Krapf em 1942 de que o turismo é o *“conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas de fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizados para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária”*. (<http://recil.grupolusofona.pt>)

Em 1982, surge Mathieson e Wall que apresentam uma abordagem mais ampla considerando que o turismo “é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos locais normais de residência e de trabalhos, as atividades realizadas durante a estada, e as facilidades criadas para satisfazer a necessidade dos turistas”. Esta definição que destaca a complexidade da atividade turística, deixa perceber as relações que ela envolve e pretende abarcar a procura e a oferta turísticas, embora tenha algumas debilidades. Primeiramente, pelo fato de não referir expressamente a ausência de remuneração que uma deslocação turística pressupõe e de não ser só nos destinos de permanência que quem se desloca desenvolve atividades mas também antes e durante a sua deslocação e, por fim, por excluir as “facilidades” não criadas que nos locais de destino satisfazem necessidades de quem se desloca e são essenciais ao conceito de

turismo e indispensáveis à identificação das suas características tais como os recursos naturais e histórico-culturais (<http://recil.grupolusofona.pt>).

Com efeito, Licínio Cunha (2009: 29) define o turismo “*como a atividade ou as atividades económicas decorrentes das deslocações e permanências dos visitantes.*” Para este autor na atualidade é geralmente reconhecido que é possível encontrar dois tipos de definições do turismo conforme os objetivos visados. Por um lado, podemos encontrar o turismo sobre o ponto de vista conceptual e, neste caso, o objetivo é encontrar uma definição capaz de fornecer um instrumento teórico que permita identificar as características essenciais do turismo e distingui-lo das restantes atividades, e, por outro lado, sob um ponto de vista técnico, por forma a permitir obter informações para fins estatísticos e legislativos.

Muitas outras definições poderiam ser referidas (McIntosh et al., Tribe, Jafari, Go, Ryan, Przeclawsky, etc.), mas concordando-se de uma forma genérica com o sentido do que foi supra afirmado, julga-se pertinente acrescentar que, enquanto atividade económica, o turismo apresenta inegável poder de desenvolvimento regional, na medida em que, além da estar diretamente relacionada à receção, manutenção e deslocamento do turista, seu efeito multiplicador afeta positivamente diversos outros setores económicos (<http://recil.grupolusofona.pt>).

1.2. Relações entre turismo, sociedade, economia e meio ambiente

É indiscutível que o turismo é um fenómeno de ordem económica, quer se trate de turismo sazonal, cultural ou religioso e que ganha cada vez maior projeção no desenvolvimento das diferentes economias mundiais. Porquanto, o turismo enquanto atividade horizontal multidisciplinar que afeta e é afetada por grande parte das atividades humanas, económicas, sociais e ambientais faz crer na sua capacidade de contribuir para o crescimento dos países menos desenvolvidos. Ferreira (2008:107)

O turismo é pois uma atividade económica transversal que envolve muitos sectores, níveis e interesses, podendo os impactes associados a essa interdependência serem positivos ou negativos. A previsão para o contínuo crescimento do sector turístico representa, no futuro, tanto uma ameaça como uma oportunidade para a preservação do património natural e cultural e para o desenvolvimento económico. Surgem oportunidades de emprego, a possibilidade de dilatação dos rendimentos poderá auxiliar na valorização do património natural e cultural e poderá beneficiar as comunidades locais através dos serviços e das infra-estruturas construídas para o seu

desenvolvimento. No entanto, o turismo como qualquer outra atividade humana produzirá sempre impactes ambientais negativos, ainda que em baixos níveis de intensidade (Eagles et al., 2002). Pode ainda provocar impactes negativos no sistema económico e sociocultural.

A partir do séc. XIX, o trabalho, as máquinas e as fábricas ganharam uma visibilidade marcante nas sociedades da época, tornando-se num dos fatores essenciais das principais economias europeias e passando as sociedades industriais a viver obcecadas com o trabalho pois o horário de trabalho dos vários elementos que constituía um agregado familiar eram particularmente extensos o que tinha implicações diretas na dinâmica intra-familiar e na própria sociedade que se adaptava aos novos tempos.

No século passado, fomos assistindo a um fenómeno novo que acompanhou as diferentes formas como se foi revestindo o trabalho. Com efeito, gradualmente foi diminuindo a duração do tempo de trabalho o que se pode associar a dois outros fenómenos: por um lado, o gradual aumento dos tempos de lazer nas suas diversas formas e, por outro, a existência de férias pagas aos trabalhadores.

Deste modo, lembrando que consideramos o turismo uma atividade económica, constatou-se que os trabalhadores que beneficiavam de fins-de-semana e de um período de férias ao longo do ano regressavam ao seu local de trabalho com uma capacidade produtiva muito superior aos que não tinham beneficiado de períodos de descanso.

Por outro lado, o aumento dos tempos de lazer, os novos lazers, a nova organização dos tempos livres deram origem a que também este fenómeno tivesse uma abordagem económica e se passasse a investir no lazer através de equipamentos, organização de eventos, viagens, entre outros – atividades estas direcionadas para a recuperação física, mental do trabalhador, provocada pelo desgaste das tarefas do quotidiano. A tudo isto acrescenta-se o instituto da reforma, que tornou-se a causa da busca por milhões de pessoas do turismo como ocupação dos seus tempos livres, origina o congestionamento no espaço onde milhares de pessoas se concentram em locais apetecíveis e, muitas vezes, inviabiliza planos e projetos que têm como objetivo orientá-lo e programa-lo. Porém, não obstante estes aspetos há que considerar a outra “face” do turismo na medida em que as suas repercussões são bastante mais alargadas, como seja, à cultura, promovendo o diálogo entre as diferentes culturas, a herança cultural, o meio ambiente e mesmo no que diz respeito ao comportamento humano (como é disso exemplo, as modificações em termos comportamentais por influência da atividade

turística ou fruto da formação adquirida pela frequência em cursos de formação profissional).

Não é de se estranhar que segundo Baptista (2003) essa nova indústria é capaz de oferecer um rápido crescimento económico em termos de nível de empregos, distribuição mais justa de riqueza, melhoria da qualidade de vida e incremento de alguns setores industriais ligados à atividade turística, razão pela qual os países desenvolvidos têm investido somas expressivas no turismo, a fim de possibilitar sua emergência como uma modalidade chave para o desenvolvimento económico.

Na perspetiva ambiental, o turismo é um componente significativo para a poluição global e local (ar, água, solo, sonora e visual), para a degradação, destruição e fragmentação do ambiente físico (WTO, 1998; UNEP, 2005). Além do mais provoca a erosão, a perda de habitats, pode levar à perda de biodiversidade (UNEP, 2005), aumenta a pressão sobre espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis, assim como é um contribuinte para as mudanças climáticas. Faz aumentar a competição pelo uso de recursos escassos (solo, água, energia, entre outros) que se traduz também numa maior pressão sobre estes, devido ao aumento do consumo.

Ao nível social, o turismo pode exercer uma pressão considerável no bem-estar das comunidades locais e provocar a deslocação das sociedades tradicionais. É uma fonte vulnerável e instável de rendimento, pois é muitas vezes sensível a mudanças ambientais e sociais dos locais de destino (fluxos turísticos que se alteram). Pode ainda estimular um aumento anormal do custo de vida e do custo dos recursos (bens alimentícios, lotes de terreno, entre outros), aumento de desordem e a competição pelo espaço físico, bem como, conduzir à perda de autenticidade e de valores, pois, geralmente, há grande disparidade entre os padrões de vida e os costumes dos turistas internacionais e a população local (*Eagles et al.*, 2002; UNEP, 2005). Na ausência de adequadas ações que acautelem esse conflito potencial, corre-se o risco do desenvolvimento do turismo ignorar as características e especificidades dos países de destino. Por fim, condutas diferentes às da comunidade local podem acarretar práticas sociais inaceitáveis, como crimes e turismo sexual, problemas de alcoolismo, drogas e prostituição podem ser exacerbados (UNEP, 2005; WTO, 1998).

Os impactes económicos negativos prendem-se com receitas do turismo que saem para fora do país, exclusão de produtos e serviços locais, assim como investimentos feitos (na construção ou na melhoria de infraestruturas) e vantagens financeiras (isenção ou redução de taxas ou impostos) atribuídas pelos governos em prol

do desenvolvimento do turismo (UNEP, 2007). Pode haver distorção económica e de emprego, se o setor for concentrado em apenas algumas localidades (sem que haja o desenvolvimento de outras), ou se atrair pessoas de outras atividades. A dependência do setor turístico pode conduzir ao declínio de outras atividades e criar uma economia não equilibrada (WTO, 1998).

Ao serem identificados os impactes negativos, podem ser definidas e aplicadas medidas corretivas ou de mitigação. O melhor procedimento em termos de planeamento é a prevenção da ocorrência dos impactes negativos, que poderá ser conseguida através da adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável que avaliem as políticas setoriais e as controlem através da Avaliação Ambiental Estratégica (planos e programas) e da Avaliação de Impactes Ambientais (projetos). A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável (Partidário, 2007).

Na ausência de AAE, os impactes negativos do turismo ocorrem quando apenas se visualizam os benefícios económicos a curto prazo, não há envolvimento da população local, não são impostos limites a este setor e não é devidamente planeado e integrado. A integração das atividades turísticas no conjunto das estratégias de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental é uma questão fundamental. O setor não deve ser considerado como isolado, uma vez que o seu desenvolvimento afeta outras áreas e por estas também é influenciado. As comunidades locais e todos os atores devem ser envolvidos no planeamento, gestão e monitorização das atividades turísticas.

Os estudos de impacto ambiental (EIA) analisam projetos individualmente, sem ter em conta os impactes provenientes dos efeitos cumulativos dos diferentes usos do território. Por esse motivo, o desenvolvimento do turismo requer uma abordagem multidisciplinar para uma rigorosa seleção de propostas, tendo em conta os impactes cumulativos e o estabelecimento de princípios ambientais para a aprovação de projetos. Deve ainda ocorrer duma forma gradual de modo a permitir aos residentes tempo para se adaptarem, como tempo para monitorizar os impactes sociais e ambientais e para a adoção de medidas corretivas e mitigação, caso necessário (WTO, 1998).

A utilização de indicadores (económicos, sociais e ambientais) mostra-se fundamental para a monitorização da ocorrência de impactes, tanto positivos como negativos. O uso destes indicadores dependerá das características do destino e dos objetivos de desenvolvimento turístico. Por exemplo, se o objetivo principal for

preservar atributos do ambiente natural, então os indicadores mais relevantes poderão ser os que medem a dimensão das áreas protegidas, a perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas. No entanto, se o objetivo principal for beneficiar as comunidades dos destinos turísticos, então devem ser privilegiados os indicadores que medem os benefícios económicos (emprego, rendimento e aquisição de empresas turísticas pelos locais) e a manutenção da qualidade das atrações e os níveis de satisfação dos visitantes (WTO, 1998).

Eduardo Sarmiento, por sua vez e com base no quadro estruturado pela OMT, faz uma análise integrada dos diversos efeitos do turismo dado que este para além de ser uma atividade económica responde também a necessidades sociais e ambientais. No que tange aos pequenos estados e economias insulares, onde a atividade turística seja significativa, como é disso exemplo Cabo Verde e de acordo com a análise apresentada por este autor, o turismo constitui uma das poucas oportunidades de diversificação económica pois o desenvolvimento setorial e, não só, estará intimamente ligada ao consumo dos turistas ou à procura de bens e serviços finais e posto a disposição para satisfação de suas necessidades; espera-se que o turismo propicie a expansão e reorganização do tecido económico empresarial assim como reforce a capacidade produtiva quer das empresas de maiores dimensões quer das micro e pequenas empresas; que o turismo constitua para os produtores locais uma oportunidade de realizarem investimentos que de outra forma seriam inaceitáveis dado que nas economias insulares por regra os consumidores locais tem um baixo poder de compra o que justifica que estejam habituados a adquirir produtos mais baratos ou pouco sofisticados; no que tange aos efeitos do turismo quanto à dependência externa descreve que o turismo poderá permitir a regularização e o equilíbrio entre países que registem níveis de desenvolvimento económico diferenciados e que sobretudo para as pequenas economias insulares, que por vezes não conhecem alternativas viáveis de desenvolvimento, poderá constituir uma nova possibilidade de integração mundial, de modernização e diversificação das suas economias e as receitas do turismo, independentemente de serem obtidas direta ou indiretamente, poderão, por outro lado, traduzir uma alternativa para superar a dependência de fluxos externos.

Em Cabo Verde tem-se verificado um desenvolvimento abrupto e desordenado de locais de turismo, acusando um crescimento sem infra-estrutura e sem levar em consideração a preservação daquilo mesmo que o turista busca. Esse modo de desenvolvimento associado, por vezes, a um serviço de baixa qualidade vêm

contribuindo para a relativa insuficiência económica no desempenho dos setores diretamente relacionados com o turismo no país (Spilani & Vayanni, 2003).

Por outro lado, Krippendorf (2001) aborda a insatisfação das populações locais com a invasão de seus espaços, bem como seu sentimento de exclusão no que se refere aos processos de desenvolvimento de suas respectivas localidades, resultando prejuízos psicológicos para a população. Assim, além de constituir em si mesmo um fenómeno grave, a situação de insatisfação gerada nas populações locais pelo turismo é mais um elemento a contribuir para o fracasso, em médio prazo, de sua produtividade, pois tal sentimento acaba por afetar de modo desastroso a relação entre a população local e o turista.

Os impactos negativos oriundos da atividade turística que acabam de ser listados advêm de um tipo de exploração que tem em vista unicamente o resultado económico de curto prazo. Isto leva o turismo a permanecer desvinculado dos esforços para a manutenção de sua própria fonte. Os objetivos de curto prazo tendem a gerar um “turismo de massa”, que teria como oposição um “turismo alternativo” (Wearing & Neil, 2001). Daí que se mostra relevante a participação de todos, empresa, da sociedade e do Estado nos processos de planeamento e gestão. Porém, ocorre que as ações de planeamento têm ficado, segundo a maioria dos autores, sob a égide do Estado, deixando de fora as empresas (principalmente as de pequeno e médio porte) e a sociedade sobre a qual se abatem os efeitos do turismo.

1.3. Discussão sobre o conceito de desenvolvimento vs a temática ambiental

Foi somente após a Primeira Guerra Mundial que os países se deram conta do potencial do turismo para o desenvolvimento económico, mas a plena consciência disso data do fim da Segunda Guerra Mundial quando se deu a proliferação da pesquisa sobre a atividade turística. Tais pesquisas propiciaram o avanço da exploração económica racional do turismo.

Atualmente, o crescimento económico é entendido por diversos autores como uma condição necessária mas não suficiente (Cabral, 2005). Segundo Elizabeth Dowdeswell citado por Furze, De Lacy and Birckhead (1996), a definição de desenvolvimento não pode ser vista meramente como uma questão de modernização de sociedades tradicionais, tem de reconhecer as circunstâncias locais, o potencial interno para gerar crescimento e a contribuição do conhecimento tradicional.

A definição de Desenvolvimento não é consensual e pode ter diferentes significados. O termo tem sido geralmente utilizado como sinónimo de modernização e industrialização e por essa razão, tem adquirido um carácter ocidental (Furze, De Lacy and Birckhead, 1996), pelo que, muitas vezes é empregue de forma a sugerir o modelo a ser seguido. Devido a esse facto, se fazia uma abordagem estreita do conceito de desenvolvimento, não ocorrendo diferenciação entre este e crescimento económico, sendo que a este último, não era imposto limites.

Todavia, a componente ambiental não pode ser descurada do processo de desenvolvimento. Os problemas ambientais provenientes de um modelo baseado apenas no crescimento económico inviabilizam-no devido ao facto de, todo o processo de crescimento económico ser baseado no consumo de recursos (e alguns dos quais não renováveis), as questões ambientais eram vistas anteriormente como um “*empecilho*” ao progresso. Assim, os impactes ambientais resultantes da industrialização começaram a suscitar apreensão sobre as questões de Desenvolvimento e Ambiente. A urgência de um debate internacional conjunto sobre estas culminou na 1ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (1972), em Estocolmo. Nesta, foi referenciada a necessidade de proteção, melhoria do ambiente e contenção do modelo tradicional de crescimento económico face aos problemas ambientais. A Conferência de Estocolmo conduziu à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Em 1983, é criada a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, que viria pela primeira vez, em 1987, a definir o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Esta definição reconhece a importância da preservação e conservação ambiental no decurso do desenvolvimento e a necessidade de colocar limites à exploração de recursos. Mas muitas vezes este termo é mal interpretado, sendo utilizado sem que na prática haja mudanças significativas de atitude.

Na tentativa de arranjar soluções para conciliar a conservação com o desenvolvimento, em 1992, mais de 170 países reuniram-se no Rio de Janeiro. Desta Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, resultaram a Declaração de Princípios, a Agenda 21 e 3 Convenções (Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Desertificação). Procuraram, principalmente os dois primeiros, definir as ações necessárias a serem adotadas para a proteção ambiental e para o desenvolvimento

sustentável. Esta conferência levou à criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável.

Dez anos depois, realizou-se na África do Sul, a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável, cujo principal objetivo era avaliar o grau de consecução dos compromissos firmados na Conferência do Rio (implementação da Agenda 21 e declaração de princípios). Foi concebido a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Implementação. Assume-se que o desenvolvimento sustentável é assente em 3 pilares interdependentes: 1. sustentabilidade ambiental - conservar e gerir recursos, especialmente os não renováveis; 2. sustentabilidade económica - viabilidade das empresas e atividades a longo prazo; 3. sustentabilidade social - direitos humanos e oportunidades iguais para todos, distribuição equitativa.

É frequente o conflito entre desenvolvimento económico e proteção ambiental, mas a coexistência pode ser alcançada desde que se estabeleçam limites e os recursos naturais não renováveis e renováveis não sejam utilizados a um nível de consumo que comprometa o equilíbrio ambiental a longo prazo.

1.4. O turismo e o desenvolvimento sustentável

O turismo é uma atividade com alto potencial de desenvolvimento de uma dada região. Do mesmo modo, revela-se, também, uma prática especialmente compatível com as perspetivas do desenvolvimento sustentável pelas seguintes razões: gera divisas; as características de sua cadeia produtiva causam efeito favorável sobre outros setores, conferindo-lhe um traço compatível com a distribuição igualitária de renda; é uma forma de promoção e de manutenção de culturas locais; é um motivador para a preservação ecológica, pois muitas vezes a paisagem natural constitui um dos seus principais atrativos.

Porém, para que a atividade turística possa realizar os traços que virtualmente delineiam-se, a partir de seu modo de ser produtivo, ela deve ser gerida de tal modo que proporcione a garantia das condições de sustentabilidade pois, como foi demonstrado ao longo do presente capítulo, sem a atenção às dimensões da sustentabilidade, o próprio turismo tende à deterioração como atividade lucrativa. No caso de Cabo Verde, especialmente.

O pós-Segunda Guerra foi marcado pelo sentido de reconstrução da Europa e coincidiu com o primeiro momento de tomada de consciência para os problemas ambientais gerados pelas formas tradicionais de desenvolvimento económico postos em

circulação desde a Revolução Industrial, ou seja, a aposta na extração e transformação industrial dos recursos naturais do planeta de maneira voraz e indiscriminada. Esse processo de produção é duplamente agressivo ao meio ambiente pois faz uso de forma indiscriminada dos recursos não renováveis, ou que não se renovam em curto prazo e libera diversos tipos de poluentes para o meio ambiente.

É por isso que Carvalho (2005:32) escreve que “*o mundo percebeu, de forma muito lenta, a gravidade dos problemas ambientais resultantes dos processos de crescimento e desenvolvimento*”. Complementando, Barbieri (1997) diz que o processo de percepção dessa problemática deu-se em três etapas. A primeira etapa referiu-se a problemas localizados e redundou em ações “*meramente reativas, corretivas ou repressivas*” (Carvalho, 2005:32). A segunda consistiu na generalização dos problemas ambientais, com ações preventivas por parte de governos. Na terceira etapa, a degradação do ambiente passou a ser percebida como um problema de proporção planetária. Nesta, não só as questões de liberação de poluentes, mas também as de utilização dos recursos do planeta passaram a estar em pauta.

A perspectiva que estimulou o crescimento do setor terciário, nos países desenvolvidos, no pós-Segunda Guerra, já considerava os efeitos nocivos da indústria. Ainda que neste momento a percepção dos problemas referentes ao ambiente e à qualidade de vida fosse localizada, já apontava para o problema central, como veio a ser delineado mais tarde. Isso mostra que as questões relacionadas ao meio ambiente passaram a ser consideradas conjuntamente às questões referentes à vida como um todo, sendo a noção mesma de meio ambiente ampliada de modo a abarcar o ambiente urbano, com todas as suas complexas relações.

Entretanto, independentemente da questão de política económica internacional, a amplitude e a gravidade do problema ecológico passou a exigir da ação económica localizada uma postura mais preocupada com os efeitos ambientais de longo prazo, o que determinou mudanças na conceção de desenvolvimento, como houvera sido determinada até o período imediatamente posterior à Segunda Guerra. Assim, a partir de uma perspectiva essencialmente economicista, a busca do desenvolvimento foi processada com base na exploração inconsequente dos recursos naturais e com outros efeitos agressivos ao meio ambiente, como a poluição visual, sonora e do ar.

A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, tornou-se corrente a ideia de *ecodesenvolvimento* em resposta ao modelo economicista. A noção de *ecodesenvolvimento* foi, paulatinamente, substituída pela de *desenvolvimento*

sustentável. Segundo Carvalho (2005: 35), “a expressão (...) surgiu em 1980 no documento *World Conservation Strategy* (...), por solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente” e parte do pressuposto de que “conservar e aproveitar a natureza não são antagónicos”.

Egmond citado por Penninkhoff (2006), ensina que o turismo pode contribuir para o PIB mas isso não implica que contribua automaticamente para o desenvolvimento económico local. Assim, este setor pode proporcionar o crescimento económico, mas não significa que induza o desenvolvimento dado que crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento e os impactes desta atividade não se resumem apenas ao âmbito económico, tem sido adotado o conceito de turismo sustentável.

O turismo sustentável, em traços gerais, é aquele que procura respeitar o ambiente, fazendo com que este seja preservado, garantindo que as características naturais que tornaram o destino apetecível se mantenham, não interferindo no ecossistema. É também um turismo que provoca o desenvolvimento da região a vários níveis, como económico, cultural e social, através da participação ativa da população local, interessando-se pela sua cultura, pelos seus usos e costumes, dignificando a personalidade coletiva, interagindo com o meio. Ao contrário do turismo tradicional, não sobrecarrega o espaço em determinada época, mas procura estar ativo durante todo o ano. A vantagem do turismo sustentável passa pelo respeito ao meio ambiente, a sua qualidade mantém-se inalterável e é gerador de emprego, implementando atividades artesanais e outras prestações de serviço, combatendo desta forma a pobreza, evitando grande concentração de pessoas causadoras de grande quantidade de poluição e da mais diversificada, preservando a identidade cultural da zona, permitindo que, sendo visitada, mantenha as características atrativas durante muitos e longos anos.

O turismo sustentável promove o desenvolvimento ao tentar satisfazer as necessidades económicas e sociais das comunidades locais (através de negócios viáveis e a longo prazo que beneficiem todos), ao mesmo tempo que tenta manter e melhorar a qualidade ambiental e manter a autenticidade cultural. Este conceito engloba os princípios de desenvolvimento sustentável. É um turismo que leva em conta os impactes económicos, ambientais e sociais presentes e futuros, tendo em conta as necessidades dos turistas, do setor, do ambiente e das comunidades. O termo deve ser usado para referir a condição do turismo e não um tipo de turismo, pelo que todas as formas de

turismo se devem tornar sustentáveis. Deve ser um processo contínuo e não poderá ser considerado como um estado finito (UNEP, 2005).

Inicialmente, o conceito de “desenvolvimento sustentável” dizia somente respeito a aspetos ligados ao ambiente e recursos naturais, porém, mais tarde, albergou as preocupações socio-económicas e culturais. Para que o desenvolvimento sustentável seja funcional é necessário que sejam balizados limites ecológicos e padrões equitativos; que se faça a redistribuição da atividade económica e se readaptem recursos; que se exerça o controlo demográfico, se conservem recursos básicos, se promova que todos tenham acesso aos recursos; se desenvolvam meios tecnológicos para que a sua utilização seja mais eficaz; se estabeleçam capacidades de carga e níveis de rendimentos sustentáveis; se retenham recursos não renováveis, se mantenha a biodiversidade e se minimizem os impactos adversos; que a comunidade em geral participe; que se adotem políticas globais; que haja viabilidade económica, qualidade ambiental e auditorias ambientais.

Durante muito tempo, não existiu a consciência de que o turismo tinha repercussões no meio ambiente. Mais tarde, verificou-se que havia um relacionamento muito estreito entre um e outro. Começou-se por introduzir a ideia de limites geográficos no turismo. Passaram-se a implementar medidas de proteção do ecossistema, principalmente em áreas vulneráveis e promoveu-se a informação ao turista da especificidade dessas zonas mas também a gestão de correntes turísticas. O objetivo principal era o de manter a viabilidade da qualidade dos recursos naturais e humanos, reconhecendo-se limites espaciais.

Com o implemento de um turismo sustentável, pretende-se que haja melhoria da vida das pessoas que vivem na zona, proporcionando-lhes níveis de rentabilidade económica maiores e que o meio ambiente não seja prejudicado com a presença e ação dos visitantes, sendo que os comerciantes e empresários devem, igualmente, beneficiar desta atividade e fornecer qualidade de serviços, ganhando, cada vez mais, experiência neste domínio. O turismo sustentável tem de ser uma alternativa credível ao turismo de massas, responsável pela degradação ambiental, por perturbações a nível social e cultural, pelo aumento de desigualdades sociais e na distribuição da riqueza adquirida, pela propagação de doenças e pela poluição.

Segundo Barbosa & Zamot (2004), McIntyre determina três áreas para o desenvolvimento sustentável: económica, social e cultural. De modo semelhante, segundo Carvalho (2005), Swarbrooke define três dimensões para o turismo sustentável:

meio ambiente (natural e construído), economia de comunidades e empresas e os impactos sociais do turismo sobre as populações locais e os próprios turistas. Para Sachs (1993), essas áreas são ampliadas para cinco dimensões a serem consideradas no planeamento de desenvolvimento, tendo em vista a sustentabilidade nos níveis social, económico, ecológico, espacial e cultural. Entretanto, no nosso trabalho tomaremos em análise apenas três das dimensões basilares da sustentabilidade: a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ambiental.

1.4.1. Sustentabilidade social

A dimensão social fundamenta-se no exercício, pleno e legítimo, da cidadania. Ou seja, a práxis do discurso enquanto forma de participação na deliberação do que quer que tenha implicação na vida do cidadão e da sociedade em que vive. Para Carvalho (2005: 41), *“a dimensão social se justifica com a ampliação do espaço público para atuação protagonista da comunidade na defesa dos seus interesses e definição das suas prioridades”*.

Ressalte-se que, em Cabo Verde, experiências de gestão participativa, a partir de esferas governamentais, existem em quantidades ainda aquém do necessário.

Entretanto, a dimensão social da sustentabilidade é também entendida como a conceção de um plano de desenvolvimento que tenha como objetivo a construção *“de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres”* (Sachs, 1993:37). Isto quer dizer que, na ideia geral de inclusão da comunidade na sustentabilidade social, encontra-se o desenvolvimento económico-social, visando melhoria nas condições de vida da sociedade, inclusive dos seus setores mais carentes.

1.4.2. Sustentabilidade económica

A dimensão económica pressupõe a prática de uma gestão eficaz dos recursos, para dar continuidade ao padrão de desenvolvimento económico através da geração e manutenção de fluxos de investimentos na região.

Do ponto de vista da gestão ambiental, segundo Almeida (2000), a problemática sintetiza-se no tipo de relação estabelecida entre o homem e a natureza, propugnando uma relação *“cooperativa”* entre os termos como forma mais eficaz para ambos. Tal cooperação deve se dar não perdendo de vista o fato de que a ideia de sustentabilidade está vinculada à ideia de desenvolvimento económico, agora em novas bases.

1.4.3. Sustentabilidade ambiental

Carvalho (2005: 49) afirma que a “*dimensão ambiental está voltada para um conjunto de ações que visam evitar ou reduzir os danos decorrentes do processo de desenvolvimento.*” A solução não se encontraria na supressão das ações de desenvolvimento, mas na adoção de formas de manejo que tenham em vista o uso não predatório dos recursos do planeta. Quanto a isto, Oliveira (2001) pontua que a relação entre desenvolvimento e preservação não é um problema de inversão de proporção, isto é, “*mais desenvolvimento = menos preservação*” ou “*menos desenvolvimento = mais preservação*”. “*A forma como o desenvolvimento é planeado configura-se na chave do problema*” (Carvalho, 2005: 50).

CAPITULO II – Perfil de Cabo Verde e da ilha da Boavista

Neste capítulo pretende-se efetuar uma análise dos aspetos ambientais, económicos e sociais, no contexto da temática do trabalho. Caracteriza-se o país de forma genérica e referem-se às políticas relativas do turismo e ao ambiente além da forma como poderão contribuir para o desenvolvimento. Pretende-se ainda analisar a situação atual do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde e na ilha da Boavista tentando-se mencionar quais as potencialidades e limitações.

2.1. Fotografia de Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago, situado no oceano Atlântico, separado cerca de 500 km do continente africano. Formado por dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, o arquipélago tem uma área de 4.033 km² e uma Zona Económica Exclusiva de 734-265 k m².

Cabo Verde é um pequeno país insular, pertencente à região da Macaronésia juntamente com os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. O arquipélago divide-se em dois grupos: o grupo de Barlavento, que abarca as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boavista, e ilhéus Branco e Raso; e Sotavento que integra as ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava, e ilhéus Seco e Rombo.

O Censo de 2010 revelou que o país possui uma população residente de 491.875 habitantes, sendo 248.282 (50,5%) mulheres e 243.593 (49,5%) homens. Durante a década 2000-2010 a população do país registou um crescimento médio anual de 1,24%, valor inferior ao ocorrido na década anterior que foi de 2,4%. Outra particularidade é o fato da população ser extremamente jovem (54,4% da população tem menos de 25 anos). Este mesmo censo divulgou ainda que a esperança de vida total à nascença da população é de 72.9 anos em que as mulheres possuem uma longevidade maior de 76.6 anos que os homens, 68.9 (INE, 2011).

No que tange à educação, apesar de Cabo Verde ter alcançado uma taxa de alfabetização de 82,8%, os níveis de instrução alcançados pela população mostram-se desajustados aos desafios de desenvolvimento propostos. De acordo com o Censo 49,5% da população possui o ensino básico, 34,3% o secundário via geral e apenas 4,6% possui formação superior.

Em matéria de empregabilidade, a taxa de desemprego nacional em 2010 era de 10,7% e aumentou para 12,2% em 2011. Dados do Censo 2010 davam ainda conta que a taxa de atividade em Cabo Verde era de 59,1%, sendo, mais elevada nos homens

(67,4%) do que nas mulheres (51,1%). A inexistência do salário mínimo nacional, o desemprego, a inexistência de subsídios de apoio aos desempregados e a falta de políticas sociais mais eficazes capazes de atenuar os níveis elevados de pobreza muito tem contribuído para um cenário de instabilidade sócio-económica e laboral e, consequentemente, o avolumar do fenómeno emigratório (INE, 2011).

O país possui uma economia débil, fortemente dependente do exterior, importando cerca de 90% dos produtos que consome, tendo um sector informal que emprega cerca de 40% da mão-de-obra e continua vulnerável a choques internos e externos resultantes, por um lado, das condições climáticas desfavoráveis e, por outro, da sua elevada dependência de outros países que são cruciais nas transferências para o financiamento do seu programa de investimento. Contudo, o país conta com algumas potencialidades, nomeadamente nos sectores das telecomunicações, transportes, turismo e da construção civil.

Como país insular, Cabo Verde enfrenta os constrangimentos (como seja, a escassez de recursos naturais e hídricos, a reduzida dimensão territorial, a insularidade, as secas prolongadas, o reduzido potencial de terras aráveis cultiváveis e uma grande dependência do exterior) inerentes às pequenas economias em contextos insulares mas possui como pontos fortes a existência de estabilidade política e económica, a sua situação geográfica privilegiada e a mão-de-obra disponível e elevada (CCIT/ PCV, 2009). Ainda, pode-se ler no relatório do FMI de 2010 que em Cabo Verde, a boa governação e credibilização crescente do Estado e das suas instituições têm-se revelado como recursos estratégicos para o desenvolvimento e são determinantes para o estabelecimento de parcerias e alianças para mobilizar recursos para a execução de programas de desenvolvimento, garantir a paz, estabilidade e solidez das instituições do Estado de Direito Democrático. É neste contexto que surge a aposta no turismo, enquanto setor dinamizador do desenvolvimento do país através atração e captação de investimentos externos.

O turismo constitui um dos setores com maior dinâmica no crescimento económico e social dos países na medida em que contribui consideravelmente para a entrada de divisas, bem como para a promoção do emprego e no caso concreto de Cabo Verde representa um dos principais eixos de desenvolvimento económico sustentado e com efeitos macroeconómicos importantes, sobretudo, na formação do PIB.¹

¹ <http://www.bca.cv/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc=22&idl=1&idi=2344>, consultado em 8 de janeiro de 2013.

A gestão do desenvolvimento turístico em Cabo Verde está centralizada no Cabo Verde Investimentos, organismo governamental, que assume as responsabilidades anteriormente cometidas ao Instituto de Turismo.

No ano de 2012, o setor da hotelaria registou cerca de 534 mil hóspedes, correspondendo a um acréscimo de 12,3% relativamente ao ano de 2011. Nesse mesmo período, as dormidas cresceram 17,9% (3,3 milhões de dormidas). Em termos absolutos representaram 58.583 entradas e 506.713 dormidas à mais do que os valores registados em 2011. O Reino Unido foi o principal país de proveniência de turistas e foram estes os que permaneceram mais tempo em Cabo Verde, com uma estadia média de 9,1 noites. Seguiram-lhes os turistas provenientes da Alemanha (7,2 noites) e da Bélgica e Holanda com 7,0 noites. Os Cabo-verdianos residentes permaneceram, em média, 2,7 noites nos estabelecimentos hoteleiros durante o ano 2012. A ilha da Boavista foi a ilha mais procurada pelos turistas, representando cerca de 38,1% das entradas nos estabelecimentos hoteleiros (INE 2013).

**Quadro 1: Evolução dos hóspedes e das dormidas em Cabo Verde
entre 2008 e 2012**

	2008	2009	2010	2011	2012	Varição 2012/2011 (%)
Hóspedes	333.354	330.319	381.831	475.294	533.877	12,3
Dormidas	1.827.196	2.021.752	2.342.282	2.827.562	3.334.275	17,9

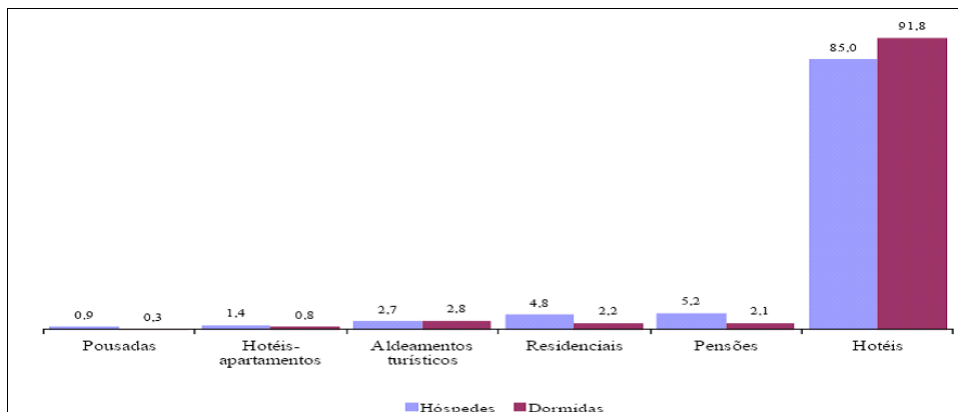
Fonte: INE (2013)

A análise do quadro supra para o período 2008-2012 mostra que tanto as dormidas como o número de hóspedes tiveram um aumento significativo nesses cinco anos, exceto na variação entre 2008 e 2009, no que diz respeito aos hóspedes, altura em que se observou uma ligeira descida.

Dados ainda do INE revelam que em 2012 os hotéis continuaram sendo os estabelecimentos mais procurados, representando 85% do total das entradas. Seguem-se as pensões e as residenciais, com cerca de 5,2% e 4,8%, respetivamente. Relativamente

às dormidas, os hotéis representam 91,8%, os aldeamentos turísticos 2,8% e as residenciais 2,2%.

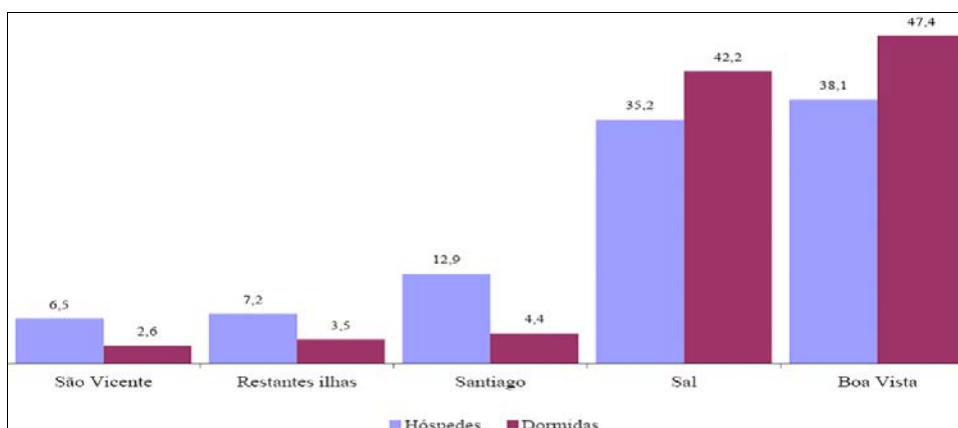
Gráfico 1: Distribuição dos hóspedes segundo o tipo de estabelecimentos (%)



Fonte: INE (2012)

A ilha da Boavista, à semelhança do ano de 2011, foi a ilha que em 2012 conheceu maior acolhimento, com 38,1% do total das entradas seguido da ilha do Sal, com 35,2% e Santiago com 12,9%. Em relação às dormidas, a ordem foi a mesma: Boavista com 47,4%, Sal com 42,2% e Santiago, com 4,4%.

Gráfico 2: Distribuição dos hóspedes e dormidas segundo as ilhas (%)



Fonte: INE (2012)

No ano em apreço, em média, a taxa de ocupação-cama, a nível geral, foi de 57%, ligeiramente inferior à registada em 2011 (58%). As ilhas da Boavista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação – cama com 82% e 57%, respetivamente.

Os objetivos apontados por Cabo Verde, e que constam do seu Plano Estratégico de Turismo, visam atingir 500 mil turistas a médio prazo (1 milhão até 2020), atraindo-os de novos mercados como os países nórdicos (Suécia, Dinamarca e Noruega) e leste

Europeu (Polónia, República Checa e Rússia). Além disso, pretende-se diversificar a oferta facilitando o acesso a outras ilhas e criando programas para a visita das mesmas.

2.2. Fotografia da ilha da Boavista

A Boavista é hoje uma ilha turística por excelência, graças aos produtos ligados ao mar, às praias, ao sol e às paisagens, para além dos produtos histórico-patrimoniais que oferece. A ilha também, em tempos, apresentou produtos de alto valor comercial, como o gado, o sal, a urzela, entre outros produtos que conferiram à ilha uma opulência económica, social e cultural invejável no contexto de Cabo Verde de então.

No entanto, o esplendor da ilha não durou muito devido principalmente à perda do valor comercial externo dos produtos económicos, por causa, por seu turno, das conjunturas políticas e económicas internacionais da época.

2.2.1. Localização geográfica

Em Cabo Verde, as formas de relevo estão caracterizadas pelas atividades vulcânicas, atuais e anteriores e por fenómenos naturais atuais, principalmente por erosão hídrica e eólica (Cabo Verde Natura, 2001).

As ilhas mais orientais (Sal, Boavista e Maio) apresentam relevos mais suaves, com vastas áreas planas e extensas praias de areia, enquanto as restantes, mais recentes e menos erodidas do que as anteriores, apresentam relevos mais acidentados e praias encastradas.

A ilha da Boavista tem de superfície 620 km². O seu maior comprimento é de 31 km e a sua maior largura é de 29 km. Ela é deste modo, depois das ilhas de Santiago e Santo Antão a terceira maior ilha do arquipélago.

Figura 1: Localização da ilha da Boavista



Fonte: www.aho.afro.who.int

A ilha da Boavista é uma ilha relativamente plana, onde a altitude máxima não ultrapassa os 387m (Monte Estância) (Cabo Verde Natura, 2001).

2.2.4 Caracterização socioeconómica

De acordo com os dados do INE, a população total das ilhas era de 341.491 em 1990, 434.625 em 2000 e de 491.875 em 2010, o que mostra que a evolução da população foi sempre ascendente no arquipélago (INE, 2011).

Quadro 2: Evolução da população residente em Cabo Verde e nas várias ilhas por Concelho (1900 – 2010)

Evolução da população residente em Cabo Verde por Ilha Concelho (1900 -2010)

Meio de residência/Concelho	Ano								
	1900	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Cabo Verde	143.929	181.740	149.984	199.902	270.999	295.703	341.491	434.625	491.875
Meio Urbano	-	-	-	-	-	-	150.599	234.368	303979
Meio Rural	-	-	-	-	-	-	190.892	200.257	187896
Santo Antão	-	35.977	28.379	33.953	44.623	43.321	43.845	47.170	43.915
Ribeira Grande	-	19.766	15.444	17.246	22.873	22.102	20.851	21.594	18.890
Paúl	-	5.845	5.370	6.024	8.000	7.983	8.121	8.385	6.997
Porto Novo	-	10.366	7.565	10.683	13.750	13.236	14.873	17.191	18.028
São Vicente	-	15.848	19.576	20.705	31.578	41.594	51.277	67.163	76.140
São Nicolau	-	14.846	10.366	13.866	16.308	13.572	13.665	13.661	12.817
Ribeira Brava	-	-	-	-	-	11465	11556	11.794	7.580
Tarrafal de S. Nicolau	-	-	-	-	-	2107	2109	1.853	5.237
Sal	--	1.121	1.838	2.608	5.505	5.826	7.715	14.816	25.779
Boavista	-	2.779	2.985	3.263	3.569	3.372	3.452	4.209	9.162
Maió	-	2.237	1.924	2.680	3.466	4.098	4.969	6.754	6.952
Santiago	-	77.382	59.397	88.587	128.782	145.957	175.691	236.627	274.044
Tarrafal	-	18.840	13.222	19.140	26.251	24.202	11.626	17.792	18.565
Santa Catarina	-	26.848	19.428	30.207	41.462	41.012	41.584	50.024	43.297
Santa Cruz	-	13.486	9.568	14.368	21.158	22.995	25.892	33.015	26.617
Praia	-	18.208	17.179	24.872	39.911	57.748	71.276	106.348	131.719
São Domingos	-	-	-	-	-	11117	11.526	13.320	13.808
São Miguel	-	-	-	-	-	12349	13.786	16.128	15.648
S. Salvador do Mundo	-	-	-	-	-	8315	9130	9.172	8.677
S. Lourenço dos Órgãos	-	-	-	-	-	6722	7885	7.781	7.388
Ribeira Grande de Santiago	-	-	-	-	-	6321	6527	7713	8.325
Fogo	-	23.022	17.582	25.615	29.412	30.978	33.902	37.421	37071
Mosteiros	-	-	-	-	-	7427	8.331	9.535	9.524
São Filipe	-	-	-	-	-	19851	25.571	27.886	22.248
Santa Catarina do Fogo	-	-	-	-	-	3700	4481	4.796	5.299
Brava	-	8.528	7.937	8.625	7.756	6.985	6.975	6.804	5.995

Fonte: INE - Recenseamentos de População de 1900-2010

OBS.: Em 2010 os **491875** indivíduos residentes no território nacional no momento do censo, inclui os **192** sem abrigos.

Fonte: INE (2011a)

No que se refere à ilha da Boavista, mostram ainda os dados do INE que, no ano 2000 viviam na ilha um total de 4.209 habitantes, sendo que à volta de 2.235 eram homens e 1.972 eram mulheres. Além disso, a população na altura mostrava-se quase que igualmente distribuída entre os espaços rural 2.182 habitantes e urbano 2.204 habitantes. Nas zonas urbanas residiam 2.204 pessoas e no espaço rural 2.182 habitantes.

Por sua vez, o censo de 2010 realizado na ilha da Boavista mostrou que em 2010 viviam na ilha um total de 9.162 habitantes, sendo 5.424 (59,2%) homens e 3.738

(40,8%) mulheres. No meio urbano viviam 5.407 habitantes, sendo 3.174 do sexo masculino e 2.233 do sexo feminino; enquanto no meio rural encontram-se 2.250 habitantes do sexo masculino e 3.738 do feminino, o que resultava num total de 5.407 habitantes no meio urbano e 3.755 no meio rural. Esta predominância de homens em relação às mulheres deveu-se essencialmente a dois fatores: (i) por um lado, a emigração feminina na ilha da Boavista é superior à dos homens e, por outro, (ii) o grosso dos migrantes que têm chegado à Boavista tem sido exclusivamente constituído por homens. A população urbana esta em franco crescimento. Era de 5.407 habitantes (59%), tendo já ultrapassado a rural de 3.755 (41,0%). INE (2010)

Quadro 3: Evolução da população na ilha da Boavista por género

	1940		1950		1960		1970		1980		1990		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
H													2.235	53	5.424	59
M													1.972	47	3.738	41
T	2.779	-	2.985	-	3.263	-	3.569	-	3.372	-	3.452	-	4.209	-	9.162	-

Fonte: Adaptado de INE (vários anos)

Os moradores da ilha da Boavista sempre viveram dependentes da agro-pecuária e da pesca. A economia da ilha assentava tradicionalmente na atividade pecuária, na indústria de conservas de peixe, nas atividades de coleta (como a apanha e a comercialização do sal, da urzela e da purgueira), na indústria artesanal de transformação da argila, na indústria extrativa de rochas calcárias, atividades artesanais de fabricação de cal e olaria e ainda na atividade agrícola de subsistência. Tais atividades foram sempre desenvolvidas de forma artesanal, sem uma ótica de desenvolvimento sustentável do território daí que muitas delas acabaram mesmo por desaparecer como atividade económica. Entretanto, nos últimos anos, o turismo ganhou uma importância expressiva, sobretudo após a inauguração do Aeroporto Internacional, o que fez com que se passasse a falar do turismo como o setor estratégico para contribuir para dinamizar da economia da ilha.

No ano 2000 e no setor imobiliário, a ilha da Boavista conhece um *boom* que levou à expansão significativa de Sal-Rei e que se ficou a dever grandemente à mão-de-obra proveniente de outras ilhas bem como de países africanos, particularmente da CEDEAO, para assegurar os trabalhos da construção civil. Contribuiu também para esta expansão o número de estrangeiros, particularmente italianos, a fixarem residência ou

com segunda residência na ilha, particularmente em Sal-Rei e nas zonas de expansão da ilha.

No domínio educativo têm-se registado avanços significativos na ilha, sobretudo ao nível da construção de novos equipamentos. As deficiências neste setor constata-se mais quanto à falta de infraestruturas viradas para a formação profissional e de oportunidades sócio-económicas. Assim, para se apostar e dinamizar a formação técnico-profissional mostra-se perentório o reforçando os laços de cooperação internacionais de forma a se ter municípios e um município mais competitivo a nível local e nacional, principalmente no domínio turístico (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004).

Relativamente à taxa de desemprego na ilha é de 11,1%, para ambos os sexos (INE, 2011). Enquanto empregador, o setor privado predomina em relação ao setor público, o que se explica pelo aumento das unidades hoteleiras e de restauração, estabelecimentos comerciais e transportes terrestres.

No domínio da saúde, Sal-Rei possui um centro de Saúde e uma farmácia.

Em termos de equipamentos de apoio para a terceira idade e para grupos populacionais com necessidades especiais há ainda muitas fragilidades que carecem de ser ultrapassadas. Com efeito, não existem serviços de apoio aos idosos e de igual modo, os serviços e equipamentos públicos, na sua grande maioria, não estão concebidos para responder às necessidades dos portadores de deficiência.

Em relação aos equipamentos desportivos existem duas placas desportivas, um estádio municipal e encontram-se bastante degradados, necessitando de intervenções e/ou reparações.

No que diz respeito ao saneamento básico, este é caracterizado pelo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos nas duas principais povoações Sal-Rei e Rabil e o destino final dos resíduos é uma lixeira municipal devido à ausência de um aterro sanitário. Na cidade de Sal-Rei e em Rabil a recolha de resíduos sólidos é feita através de meios disponibilizados pela Câmara Municipal, nomeadamente uma viatura e o respetivo pessoal. Os resíduos amontoados são submetidos à queima e seguidamente enterrados pela brigada dos serviços de saneamento da Câmara Municipal. Nos restantes aglomerados populacionais são as próprias populações que se ocupam da deposição dos resíduos sólidos em locais pré-definidos pela Câmara Municipal. Posteriormente os resíduos são, do mesmo modo, queimados e enterrados. Os edifícios públicos e

privados, as unidades turísticas e hoteleiras, as habitações particulares são servidas, na quase totalidade, por fossas sépticas.

2.2.3 Caraterização ambiental

A ilha da Boavista tem uma configuração arredondada e tal como as ilhas do Sal e Maio apenas pequenas elevações. O ponto mais elevado é o Pico da Estância, com 390 metros a Sudoeste da ilha; segue-se o Pico de Santo António com 378 metros, a sudoeste; e o Pico Forcado no centro leste com 369 metros. A ilha não apresenta microclimas de altitude o que, tendo em conta o seu relevo, provoca muita aridez e uma forte suscetibilidade à erosão. Mas contrariamente ao esperado, a ilha possui algumas zonas húmidas (ribeiras e lagoas costeiras), que constituem importantes habitats para as espécies de aves migratórias aquáticas que chegam anualmente ao país.

A ilha conta ainda com numerosos cordões dunares (ocupadas pelas comunidades vegetais típicas de dunas móveis), escassa vegetação, montanhas (ocupadas pelas espécies de aves predadoras), extensas e bonitas praias de areia branca (algumas com áreas de reprodução das tartarugas marinhas). Conhecida como a ilha das dunas, ostenta uma beleza natural única, sem que no entanto haja grande pressão humana e industrialização. A porção mais significativa da plataforma insular (63%) engloba esta ilha e a do Maio, seguida pela existente entre as ilhas de São Vicente e Santa Luzia e os ilhéus Branco e Raso. Também é de destacar a existência de montes submarinos nas proximidades da Boavista (Cabo Verde Natura, 2001).

A ilha da Boavista, devido à baixa altitude e à aridez (é das ilhas mais secas), é quase desprovida de vegetação. A escassez de vegetação é tanto em número de espécies como em cobertura. As espécies *Phoenix atlantica*, *Tamarix senegalensis*, *Acacia albida* e *Fycus gnaphalocarpa* são consideradas como indígenas, enquanto as espécies endémicas na Boavista são as *Sarcostemma daltonii*, *Asparagus squarrosus*, *Pulicaria diffusa*, *Paronychia illecebroides*, *Sida coutinhoi* e *Cocculus pendulus* (Cabo Verde Natura, 2001). É nos pontos mais elevados da ilha onde se concentram a maior parte das plantas endémicas.

Verifica-se também grande presença da uma espécie introduzida - *Prosopis* - que está em forte competição com as autóctones. As comunidades vegetais estão classificadas como comunidades de dunas móveis (associadas aos ecossistemas dunares), das baixas salgadas litorâneas (lagoas costeiras), das baixas ribeirinhas (ribeiras), das praias e da zona muito árida (carta de zonagem agro-ecológica).

Existem quatro espécies de sáurios, três dos quais são autóctones *Hemidactylus boavistensis boavistensis*, *Tarentola maioensis boavistensis* e *Mabuya spinalis salensis* e uma supostamente introduzida, *Hemidactylus brooki angulatus* (Cabo Verde Natura, 2001).

É entre as ilhas de Boavista e Maio onde ocorre a maior parte da produtividade primária e da biomassa marinha, sendo grande a presença de recursos haliêuticos (peixes, moluscos, crustáceos) nessa região. Esta ocorrência deve-se não só à plataforma insular que é mais extensa, como também a alguns bancos submarinos e ao afloramento de águas ricas em nutrientes. Há registo da presença de espécies do género *Conus*, de corais e de vários outros invertebrados marinhos de pequeno porte.

As extensas praias arenosas desta ilha permitem que esta receba cerca de 2/3 das 3.000 fêmeas de tartaruga comum (*Caretta caretta*) estimadas a reproduzirem-se em Cabo Verde (Cabo Verde Natura, 2001), como também podem ser avistadas as tartarugas verde e imbricada. Durante os meses de janeiro a maio pode ser visto com frequência baleias de bossa (*Megaptera novaeangliae*) especialmente em frente à Ponta do Sol e à Praia de Santa Mónica. A primeira zona acolhe preferencialmente fêmeas com crias e na segunda podem-se observar machos emitindo sons de chamada sexual. Estas baleias podem também ser vistas com frequência na Baía de Chaves (Cabo Verde Natura, 2001). Para além desta espécie existem outros cetáceos, que podem ser vistos ao largo da ilha. São indiciadas as presenças de *Peponocephala Electra*; *Tursiops truncatus*; *Globicephala macrorhynchus*, *Stenella attenuata* (Proyecto Hydrocarpo (2003-2005).

Há indícios de perda de qualidade ecológica (declínio no número de indivíduos, degradação do ecossistemas) devido à sobre-exploração e ao possível uso de pesticidas (Cabo Verde Natura, 2001) e transformação do território.

Aliado aos valores naturais, a ilha dispõe de ricos valores culturais (a morna, as tocatinas ao final da tarde ou da noite, as festividades que animam a ilha durante todo o ano, os pratos típicos da ilha e a doçaria), o artesanato (olaria e cerâmica), vestígios do passado comercial, ruínas do tempo das piratarias, destroços de navios encalhados e afundados. Inicialmente, logo após os descobrimentos, a ilha desenvolveu-se graças à pecuária e mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, devido à indústria de extração de sal para exportação. Nessa época, havia uma intensa atividade comercial e muito tráfego de barcos estrangeiros. Mais tarde, a economia da ilha passou a assentar também nas indústrias de conservas de peixe, de transformação da argila, de extração de rochas

calcárias, de fabrico de cal e olaria, na pesca e na agricultura (pouco significativa pois é das ilhas mais áridas de Cabo Verde), sendo estas atividades sempre desenvolvidas de forma artesanal.

Atualmente, apenas subsistem a agro-pecuária e a pesca. O sector do comércio, a administração pública e muito recentemente, o turismo e o sector da construção civil, têm vindo a ganhar importância. A construção civil começa a ser relevante, em grande medida devido ao desenvolvimento do turismo e ao aumento da urbanização. A ilha é caracterizada pela limitada diversidade económica e limitado acesso à economia externa.

A fraca infra-estruturação e a dispersão da população não possibilitam a todos os habitantes da ilha o usufruto da eletricidade e água durante 24 horas por dia. A água, tal como em todas as ilhas, provém na sua maioria do processo de dessalinização da água do mar, sendo um processo caro e dependente da utilização de combustíveis fósseis. A rede de abastecimento de água atualmente só abrange a vila de Sal-Rei, enquanto nas outras localidades existem fontanários que são abastecidos por autotanques da Câmara Municipal. Na região Norte há 2 furos do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), mas no momento a sua utilização não está autorizada para o consumo humano. A energia elétrica é gerada em centrais elétricas da ELECTRA, microcentrais da Câmara Municipal e com vista a responder às necessidades do desenvolvimento acelerado do turismo na ilha e do crescimento da sua população, foi constituída uma parceria público-privada com a Empresa Água e Energia de Boavista SA (AEB) (Lima, 2008).

2.2.4. Políticas, programas e ações de conservação do ambiente

O direito ao ambiente é consagrado como direito fundamental no artigo 73º da Constituição da República de Cabo Verde - *“Todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”* (Constituição da República Cabo Verde - Lei Constitucional n.º 1/VII/2010, de 3 de maio)

A Constituição estipula ainda que as atividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente, como são tarefas fundamentais do Estado, entre outras, proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional.

Com vista a proteger os seus recursos naturais e ambientais, Cabo Verde dispõe

de um conjunto de instrumentos políticos e jurídicos de gestão ambiental tais como a Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre a Biodiversidade, Plano de Ação Nacional para o Ambiente, Projeto Cabo Verde – Natura 2000, Programa Regional de Conservação das Zonas Costeira e Marinha (PRCM), Projeto de Criação e Gestão de Áreas Protegidas, Projeto de Conservação Marinha e Costeira, Plano de Gestão dos Recursos de Pesca, Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, Lei de Bases do Ambiente, Lei de Criação de Áreas Protegidas, Lei de Conservação e Proteção de Espécies Ameaçadas, Lei da Criação da Reserva Natural de Santa Luzia, Diploma legal de Avaliação de Impactes Ambientais, entre outros.

No entanto, por vezes, a legislação apresenta-se inadequada, pois continua a não conseguir condicionar práticas e atividades ilegais que em alguns casos se devem a questões culturais, em outros se devem à pobreza (pessoas que buscam o sustento imediato). A pobreza é um fator crucial para a conservação e qualidade ambiental no arquipélago. As condições de pobreza em que boa parte da população vive, conduz à degradação do ambiente, ao incumprimento das leis e dificilmente, estas serão eficazes ou os recursos serão conservados, se este fator não for tido em conta. A título de exemplo pode-se citar a extração de inertes em praias, dunas e em outros locais não permitidos e a captura de espécies ameaçadas (tartarugas, lagostas e algumas aves). A fiscalização é ineficaz devido à insuficiência de meios (Lima, 2008).

Um número considerável de convenções já foram assinadas e ratificadas, sendo a Convenção Marpol uma das primeiras (em 1987). Em 1995, Cabo Verde assinou a Convenção da Biodiversidade, a Convenção sobre as Mudanças Climáticas e a Convenção de Luta contra a Desertificação. Mais tarde, aderiu a um conjunto de outras Convenções, tais como: CITES, Ramsar, Basileia, Poluentes Orgânicos Persistentes, Conservação de Espécies Migratórias, Convenção internacional sobre a Cooperação, Preparação e Luta contra a Poluição por Hidrocarbonetos, Protocolo de Montreal, Convenção de Viena, Protocolo de Quioto, Protocolo de Cartagena.

Com a entrada em funcionamento em 1995 do Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), órgão com competências para as Políticas Ambientais, a problemática ambiental em Cabo Verde ganhou uma nova dimensão. Em 2002, este Secretariado foi extinto, sendo criada a Direção Geral do Ambiente que se encontra atualmente sob tutela do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT). Os Serviços do Ministério estão organizados em Serviços Centrais (Direções Gerais) e Serviços de Base Territorial (Delegações do MAHOT que

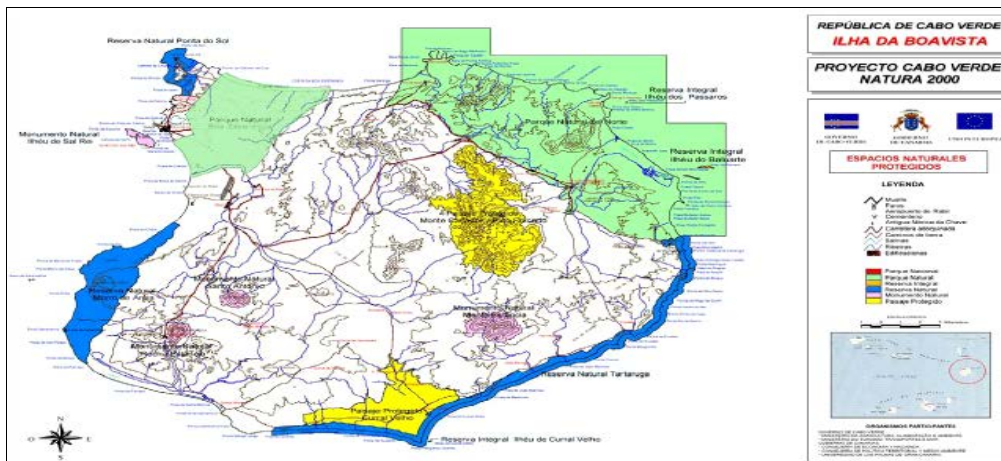
dependem hierarquicamente do Ministro e funcionalmente dos serviços centrais). O Ministério ainda exerce superintendência sobre Institutos Autónomos (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – INIDA e o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - INGRH), e articula-se com outros Ministérios. O papel da Direção Geral do Ambiente é fundamentalmente, de conceção, dinamização, coordenação e supervisão no domínio de Ambiente. Para além da DGA outras instituições intervêm na execução das Políticas Ambientais.

Quanto à intervenção nas zonas costeiras, para além das instituições acima mencionadas, excetuando a Cooperação Internacional, acrescenta-se-lhes a Sociedade Civil, a Direção Geral do Comércio, Indústria e Energia, a Direção Geral do Turismo, a Agência Cabo Verde Investimentos (sendo os três últimos, serviços do Ministério do Turismo, Indústria e Energia) e a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio.

Na perspetiva de dotar Cabo Verde dum instrumento de gestão da informação ambiental, foi recentemente criado um Sistema de Informação Ambiental (SIA), encontrando-se diversas instituições envolvidas (por exemplo, Órgãos do Poder Central – Direção Geral do Ambiente, Direção Geral do Ordenamento do Território, Direção Geral de Marinha e Portos, Instituto Nacional de Proteção Civil, Direção Geral do Planeamento, Instituto Nacional de Estatísticas, Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas, Direção Geral do Turismo; do Poder Local; Organizações da Sociedade Civil; Instituições de Ensino e Investigação; Órgãos da Comunicação Social).

O Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro veio declarar 14 áreas protegidas na ilha da Boavista, contemplando cerca de 1/3 do território protegido, porém nenhuma se encontra ainda implementada. Além do sistema nacional, alberga dois dos três sítios Ramsar declarados em Cabo Verde (Curral Velho e Lagoa de Rabil) e estas duas áreas também são reconhecidas como de importância para aves. Decorrem ainda na ilha projetos de conservação de tartarugas marinhas e de aves (Figura 3).

Figura 2: Áreas protegidas da Boavista



Fonte: Cabo Verde Natura (www.areasprotegidas.cv)

Figura 3: Acampamento em Ervatão



Fonte: Cabo Verde Natura (www.areasprotegidas.cv)

Praticamente todas as espécies de aves existentes em Cabo Verde encontram-se em regressão. A principal causa é a forte pressão antropogénica devido principalmente à captura de indivíduos e dos ovos, a ocupação ou destruição dos habitats de reprodução, perturbação dos locais de nidificação e outros animais (gatos e corvos). Relativamente às tartarugas marinhas, estas têm também sido afetadas pelas mesmas razões.

Não obstante, ser a terceira maior ilha do país, a Boavista tem a particularidade de ser a menos povoada. Nesta circunstância, a vulnerabilidade das suas espécies é ainda maior porque, durante muito tempo, evoluíram praticamente longe da presença humana.

Têm sido várias as campanhas de sensibilização na Boavista, efetuadas pelas ONG's Natura 2000 e Clube Ambiental de Boavista: projeção de vídeos sobre

conservação de recursos naturais no país; folhetos informativos e alusivos à conservação; limpeza de praias; libertação de crias de tartarugas por parte das crianças e jovens. Para além destas duas ONG, também a equipa técnica municipal para o ambiente e a Secretaria da Juventude têm envidado esforços para sensibilizar as populações, no entanto, as pessoas encontram-se ainda “apáticas” e o interesse pelas questões ambientais ainda não é considerável. É necessário dar a conhecer a riqueza natural do país e a sua importância (em linguagem muito simples) para haver uma maior valorização.

Contudo, há que existir algum cuidado, para não divulgar a localização exata de espécies raras ou ameaçadas, sob pena destas virem a ser importunadas. Sem a adequada gestão das áreas, Boavista corre o risco de perder algumas espécies e habitats, ou destes serem degradados. O litoral vem sofrendo fortes alterações em consequência do desenvolvimento económico (turismo, aumento da densidade populacional e urbanística). A implementação das áreas protegidas é conseguida através da aprovação da delimitação, gestão e ordenamento desses sítios. Todavia, não basta só implementar a criação de áreas protegidas, se não se controlar os fatores exógenos que possam afetar o equilíbrio ecológico sendo por isso o planeamento e gestão integrada de capital importância. A conservação é uma ação preventiva que evita a degradação e destruição de áreas permitindo poupar na requalificação ambiental destas.

Nas escolas do ensino básico realizaram-se atividades relacionadas com o ambiente na sequência do Programa PFIE (Programa de Formação e Informação para o Ambiente), que terminou no ano 2000. Este programa introduziu a Educação Ambiental nas escolas através de formações ministradas aos Coordenadores Pedagógicos e professores, munindo-lhes de instrumentos necessários a um trabalho pedagógico com as crianças no domínio da sensibilização, informação e educação ambiental. Também a introdução, no ensino secundário, da disciplina “Formação Pessoal e Social” com um papel importante em matéria de educação ambiental como seja na formação de mentalidades e transmissão de valores morais e cívicos compatíveis com as exigências associadas à defesa e preservação do património comum e a disciplina “Homem e Ambiente” com a finalidade de tratar questões relacionadas com o homem e os ecossistemas que o rodeia veio contribuir para o reforço da educação ambiental (Ambientt Consultoria Estudos & Projetos em www.sia.cv).

2.2.5 Potencialidades turísticas da ilha da Boavista

Os atrativos naturais e as infra-estruturas são duas condições fundamentais para o desenvolvimento do turismo em qualquer região ou localidade. Em Cabo Verde, cada ilha possui características específicas que poderão transformar-se em potencialidades para o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo. No caso da ilha da Boavista onde se ressaltam as praias extensas e muito adequadas à prática balnear, associada às condições climáticas favoráveis e a possibilidade de articulação e complementaridade das áreas de interesse ambiental das áreas de interesse ambiental, que ocupam a frente oposta da ilha desde a costa Norte à costa Sudeste, conferem-lhe um perfil potencial dominante de turismo balnear familiar com uma importante componente de turismo ambiental.

Contudo, as potencialidades turísticas desta ilha não se resumem aos recursos naturais. As infra-estruturas hoteleiras e conexas também fazem parte das suas potencialidades. A ilha dispõe atualmente de um número considerável de infra-estruturas de alojamento e dispendo de um aeroporto de nível internacional, aliada às potencialidades turísticas naturais, estas são condições que à partida determinaram o desenvolvimento do turismo nesta ilha.

Sendo a terceira ilha do arquipélago em dimensão, com uma superfície de 620 km², está entre as ilhas do arquipélago com maiores potencialidades para a prática do turismo balnear. A parte oriental da ilha é caracterizada por uma grande concentração de recursos naturais, como sejam populações reprodutoras de tartarugas marinhas, colónias de aves marinhas, campos de dunas, zonas húmidas e fauna associada, colónias de corais, espécies singulares de peixes, ninhos de guincho, espécies raras de aves e árvores milenárias, como calabaceira, figueira-brava e amendoeira, conferindo à ilha um enorme valor ecológico.

Os fortes ventos alísios que sopram do nordeste, criam um corredor de areia que atravessa praticamente toda a zona oeste pelo que predominam, nesta zona e no sudoeste da ilha, terras baixas e extensos areais. A parte oeste da ilha está vocacionada para turismo convencional, e a leste, para os valores ambientais. É na parte oeste que se encontram as ZDTI.

As temperaturas médias anuais são de 24 a 25 °C. Os ventos sopram com relativa intensidade durante todo o ano, sofrendo uma ligeira diminuição durante o verão. A humidade relativa média desce raramente abaixo de 60% e situa-se na maior parte do tempo entre os 70 e os 90%. as terras baixas, limitando-se o sistema

montanhoso a pequenas colinas, sendo o ponto mais alto o Monte Estancia, com 387 metros de altitude. As dunas podem atingir vários metros de altura, e pelo seu elevado valor paisagístico e ecológico, desempenham uma função primordial na proteção e conservação da costa, com um importante papel contra a erosão das praias, funcionando como reserva de areia para a proteção destas.

Em termos de património cultural e histórico, a ilha da Boavista não possui muitas alternativas. Esta ilha intitulada como “*a ilha fantástica*” pelo escritor cabo-verdiano Germano Almeida (Almeida, 1994) apenas oferece aos visitantes as ruínas do antigo Forte do Duque de Bragança construído para a defesa contra os frequentes ataques dos piratas, alguns edifícios da época colonial na cidade de Sal Rei, as ruínas da antiga fábrica de cerâmica localizada na praia de Chaves, as ruínas da antiga aldeia de Curral Velho, as aldeias abandonadas dos pescadores e o antigo cemitério dos judeus. As festas tradicionais existentes em algumas das povoações da ilha são também um recurso cultural com algum interesse em termos de turismo, principalmente as festas de Santa Isabel (festejado a 04 de julho) e de São João Baptista (festejado a 24 de junho) e o festival de verão.

Em suma, o sol durante o ano, as praias, os desportos náuticos, pesca, natação, festivais de música são as principais potencialidades turísticas da ilha, mas são os recursos naturais que assumem maior relevância, sendo o seu principal produto turístico o turismo de sol e praia.

Pearce (1987) já tinha considerado a predominância do turismo de “*sol e praia*”, especialmente em ilhas tropicais e sub-tropicais, uma consequência direta da situação insular.

No que se refere à acessibilidade, é de se referir que o plano de desenvolvimento turístico da Ilha da Boavista obriga a necessidade de dotar a ilha de uma via rápida que possa assegurar a ligação direta entre o aeroporto e as três ZDTIs e, por outro, uma ligação direta entre a Vila de Sal- Rei, o Aeroporto, o Porto, Rabil e a Povoação Velha, o que permitirá descongestionar a via atual de acesso a Sal-Rei.

De referir ainda que o aeroporto da ilha da Boavista foi inaugurado do dia 31 de outubro de 2010, possui uma pista de 2100 metros de comprimento e 45 metros de largura. (<http://www.asa.cv>).

2.2.6 Turismo na ilha da Boavista

O Governo de Cabo Verde almeja alcançar um turismo de valor acrescentado, de qualidade e que traga vantagens para a economia e para a sociedade pois o turismo é um setor de atividade que traz muitas vantagens para a economia daí a necessidade de se tirar o maior proveito do setor e das suas potencialidades. Entretanto, em algumas situações a escassez de recursos naturais e económicos no país tem limitado os setores de atividade económica potenciadores de estratégias e políticas de desenvolvimento. Na última década, o setor do turismo emergiu como uma das principais apostas para a prossecução desse objetivo, podendo converter-se no motor da economia cabo-verdiana.

Quadro 4: Evolução do n.º de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço entre 2001 e 2011 – Cabo Verde

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos	88	93	105	108	132	142	150	158	173	178	195
N.º de Quartos	2.489	2.820	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368	6.172	6.367	5.891	7.901
Nº de Camas	4.628	5.159	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767	11.420	11.720	11.397	14.076
Capacidade de Alojamento	5.450	6.062	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544	13.708	14.096	13.862	17.025
Pessoal ao Serviço	2.046	2.043	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450	4.081	4.120	4.058	5.178

Fonte: INE (2012)

No que à ilha da Boavista diz respeito, a dinâmica do setor turístico permitiu a colocação da ilha numa posição vantajosa em relação às restantes ilhas do país. Com efeito, o financiamento de obras estruturantes, como é o caso a infra-estruturação da zona de Lacação e os investimentos privados e outras assumidas diretamente pelo Governo têm contribuído para o aumento da já referida dinâmica económica da ilha.

2.2.6.1. Caraterização da oferta turística

O turismo na ilha da Boavista, tem vindo a destacar-se ano após ano e de acordo com quadro infra nota-se um crescimento notável nas entradas e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros que teve reflexos importantes para o aumento da oferta. De destacar o crescimento dos estabelecimentos hoteleiros, de seis em 2004 passou para vinte e um em 2011 - o que, por outro lado, traduz que procura também tem vindo a aumentar. Este aumento também é notável no pessoal ao serviço que em 2004 era de

quarenta e quatro e passou para mil setecentos e setenta e seis em 2011, o que também significa que o acelerado crescimento da capacidade hoteleira implicou a criação de muitas oportunidades de emprego.

Quadro 5: Evolução do número de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço entre 2004 e 2011 na ilha da Boavista

Boavista	Ano							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos	6	13	14	14	19	19	19	21
N.º de quartos	101	591	614	599	1.399	1.404	1.683	2.564
N.º de camas	194	1.447	1.168	1.157	2.692	2.695	3.071	4.378
Capacidade de alojamento	235	2.139	1.479	1.547	3.566	3.576	3.675	5.212
Pessoal ao serviço	49	505	459	228	895	910	1.152	1.776
Entradas	3.849	4.582	20.968	15.533	33.135	82.476	125.575	184.878
Dormidas	22.129	24.306	171.866	90.796	238.720	705.188	1.000.271	1.334.108
Taxa de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros	39,3	28,4	36,2	30,5	55,0	69	79,3	83,0

Fonte: INE (2012a)

Podemos ver então qual a evolução do peso que esta ilha tem assumido no contexto de Cabo Verde através da tabela seguinte e onde se verifica para as principais rubricas que o peso da ilha não tem cessado de crescer.

Quadro 6: Peso da Boavista relativamente a Cabo Verde entre 2004 e 2011 (%)

	Ano							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos	5,6	9,8	9,9	9,3	12,0	11,0	10,7	10,8
N.º de quartos	3,2	13,4	12,7	11,2	22,7	22,1	28,6	32,5
N.º de camas	3,3	17,5	13,2	11,8	23,6	23,0	26,9	31,1
Capacidade de alojamento	3,5	20,7	14,2	13,4	26,0	25,4	26,5	30,6
Pessoal ao serviço	2,3	15,8	14,0	6,6	21,9	22,1	28,4	34,3

Fonte: Adaptado de INE (vários anos)

Segundo dados do inventário anual realizado pelo INE, junto dos estabelecimentos de alojamento, no ano 2011 existiam na ilha da Boavista, 8 estabelecimentos hoteleiros, o que corresponde a um total de 18% na escala nacional e que ofereciam uma capacidade de alojamento de 2.317 quartos, 3.964 camas e 4.692 lugares.

Quadro 7: Estabelecimentos de alojamento na ilha da Boavista (2011)

	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Estabelecimentos	8	18	2	3	-	-	3	23	2	20	6	11	21	10,8
Quartos	2.317	40	15	2	-	-	57	23	112	22	63	11	2.564	32,5
Cama	5	11	8	12	1	13	2	15	-	-	16	30	32	16,4
Capacidade	3.964	37	25	3	-	-	83	22	211	23	95	10	4.378	31,1

Fonte: Adaptado de INE (2012)

2.2.6.2. Caraterização da procura turística

Em 2011 a ilha da Boavista recebeu 184.878 hóspedes que representam 38,9% do total dos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros do país. Os hóspedes provenientes do estrangeiro são maioritariamente os europeus, em especial os do Reino Unido (90.481), França (66.641), Portugal (65.693) e Alemanha (60.495). Os hóspedes não-europeus são ainda relativamente pouco representativos: EUA, 3.711 e África do Sul, 2.819 hóspedes (INE, 2012).

Quadro 8: Hóspedes segundo a ilha, por país de residência dos hóspedes (2011)

País de residência habitual	São Vicente	Sal	Boavista	Santiago	Restantes Ilhas	Total	%
Cabo Verde							
Cabo-Verdianos	8.378	8.956	4.276	11.307	9.729	42.646	9,0
Estrangeiros	519	1.599	1.091	341	825	4.375	0,9
Estrangeiros							
África do Sul	74	28	1.313	1.359	45	2.819	0,6
Alemanha	2.526	22.622	28.917	1.953	4.477	60.495	12,7
Áustria	175	581	592	148	276	1.772	0,4
Bélgica							
Holanda	1.029	7.993	13.424	805	918	24.169	5,1
Espanha	2.249	5.788	2.094	2.825	831	13.787	2,9
EUA	510	820	364	1.609	408	3.711	0,8
França	6.076	19.267	26.409	4.436	10.453	66.641	14,0
Reino Unido	659	37.985	50.297	1.180	360	90.481	19,0
Itália	1.075	29.219	22.963	2.188	933	56.378	11,9
Portugal	3.774	20.887	19.174	20.788	1.070	65.693	13,8
Suíça	483	780	3.607	436	702	6.008	1,3
Outros Países	1.926	11.797	10.357	10.318	1.921	36.319	7,6
Total	29.453	168.322	184.878	59.693	32.948	475.294	100,0
%	6,2	35,4	38,9	12,6	6,9	100,0	

Fonte: INE (2012b)

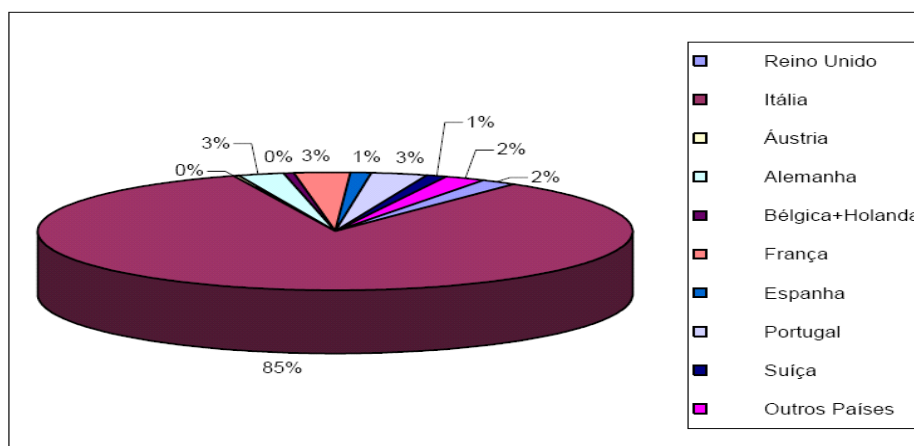
Em relação às dormidas, tal como nos hóspedes, a Ilha da Boavista é a de maior acolhimento do arquipélago. As dormidas totalizam 1.334.108 o que corresponde a 47,2% do total das dormidas realizadas no arquipélago. Os hóspedes residentes no Reino Unido contribuíram com 776.740 dormidas, 27,1% do total; seguem-se os da Alemanha, Itália e Portugal com 15,1%, 14,1% e 11,9% respetivamente.

O Reino Unido é o principal mercado emissor (432.057 das dormidas são realizadas na ilha da Boavista) e a Alemanha é o segundo país a nível das entradas e do número das dormidas (215.141 das dormidas foram realizadas na Boavista).

Os residentes em Itália realizaram 12,8% das dormidas também na ilha da Boavista. Para os hóspedes provenientes deste mercado, os hotéis são os estabelecimentos hoteleiros mais procurados contabilizando 92,2% das dormidas efetuadas.

Estes dados confrontados, por exemplo, com dados do ano de 2006, permitem mostrar a evolução do setor na ilha se tivermos em conta que no ano em referência a ilha registou um total de 16.126 turistas internacionais, sendo, na altura, o principal emissor a Itália, como se vê na figura infra.

Gráfico 3 – Distribuição dos hóspedes segundo a ilha, por país de residência habitual dos hóspedes (2006)



Fonte: INE (2007)

Quadro 9: Hóspedes segundo o tipo de estabelecimento, por país de residência habitual dos hóspedes em Cabo Verde (2011)

País de residência habitual	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total	%
Cabo Verde								
Cabo-Verdianos	22.687	6.459	1.169	1.641	2.269	8.421	42.646	9,0
Estrangeiros	3.330	320	4	47	327	347	4.375	0,9
Estrangeiros								
Africa do Sul	2.754	15	0	20	6	24	2.819	0,6
Alemanha	51.881	2.650	975	1.031	1.871	2.087	60.495	12,7
Áustria	1.200	174	41	110	43	204	1.772	0,4
Bélgica								
Holanda	22.212	637	139	176	293	712	24.169	5,1
Espanha	11.703	713	62	273	262	774	13.787	2,9
EUA	2.886	234	42	65	31	453	3.711	0,8
França	49.766	7.867	1.054	274	1.817	5.863	66.641	14,0
Reino Unido	89.539	278	55	109	386	114	90.481	19,0
Itália	48.280	653	61	437	6.005	942	56.378	11,9
Portugal	61.116	1.737	78	782	826	1.154	65.693	13,8
Suíça	4.994	348	73	72	62	459	6.008	1,3
Outros Países	31.975	1.176	291	556	529	1.792	36.319	7,6
Total	404.323	23.261	4.044	5.593	14.727	23.346	475.294	100,0
%	85,1	4,9	0,9	1,2	3,1	4,9	100,0	

Fonte: INE (2012)

Quadro 10: Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento, por país de residência habitual dos hóspedes em Cabo Verde (2011)

País de residência habitual	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total	%
Cabo Verde								
Cabo-Verdianos	60.753	16.874	2.037	3.781	5.940	19.813	109.198	3,9
Estrangeiros	11.826	814	13	173	855	774	14.455	0,5
Estrangeiros								
África do Sul	14.305	79	0	80	23	53	14.540	0,5
Alemanha	397.623	6.162	1.585	3.518	13.142	4.502	426.532	15,1
Áustria	11.455	548	65	541	200	399	13.208	0,5
Bélgica								
Holanda	166.061	2.061	197	1.228	866	1.438	171.851	6,1
Espanha	55.176	2.075	104	827	1.115	1.920	61.217	2,2
EUA	10.542	713	94	243	87	1.309	12.988	0,5
França	259.031	15.754	1.774	838	5.717	10.220	293.334	10,4
Reino Unido	763.851	806	178	354	1.330	221	766.740	27,1
Itália	346.542	1.843	97	2.825	43.834	2.332	397.473	14,1
Portugal	317.658	4.849	131	4.209	4.947	3.894	335.688	11,9
Suíça	39.052	829	320	576	168	991	41.936	1,5
Outros Países	151.779	5.558	484	3.736	1.687	5.158	168.402	6,0
Total	2.605.654	58.965	7.079	22.929	79.911	53.024	2.827.562	100,0
%	92,2	2,1	0,3	0,8	2,8	1,9	100,0	

Fonte: INE (2012)

A taxa de ocupação-cama geral é de 58%, valor idêntico à média nacional. Os Hotéis na ilha da Boavista são os estabelecimentos com a melhor taxa de ocupação-cama, 86%, valor superior a média nacional; seguem-se os Aldeamentos Turísticos com 75%, as Pensões com 26%, as Residenciais com 20% e os Hotéis-Apartamentos com uma taxa de ocupação-cama de 15%.

Quadro 11: Taxa de ocupação-cama segundo o tipo dos estabelecimentos, por ilha (2011)

Ilha	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total
S. Antão	32	21	14	-	32	15	25
S. Vicente	20	17	2	49	-	17	19
S. Nicolau	-	22	5	13	-	15	19
Sal	67	21	-	12	14	19	61
Boavista	86	26	-	15	75	20	83
Maio	-	19	23	10	-	16	20
Santiago	34	9	7	24	7	27	25
Fogo	22	13	48	7	7	10	16
Brava	-	5	0	-	-	-	5
Total	69	17	14	17	33	19	58

Fonte: INE (2012)

Apesar da importância destes dados para o setor e para o desenvolvimento económico da ilha, os mesmos não deixam de ser preocupantes se analisados do ponto de vista social e ambiental, sobretudo quando estejam em causa zonas sensíveis, na medida em que os impactos negativos do turismo terão uma intensidade ainda maior se as atividades turísticas não forem estritamente controladas.

Tendo em conta, o nível de vida da população, a baixa densidade populacional e a concentração populacional nas faixas etárias jovens, pressupõe uma maior fragilidade cultural e social, uma vez que estas se encontram mais suscetíveis à assimilação de fatores externos, à perda de valores tradicionais e uma maior fragilidade ecológica, por o equilíbrio ambiental estar adaptado a um número restrito de habitantes. As condições focadas e o frequente domínio económico sobre o ambiental, ou do valor económico imediato sobre o princípio de sustentabilidade leva-nos a pensar que se o turismo não for bem planeado, as consequências serão muito nefastas.

Na legislação cabo-verdiana encontram-se declaradas duas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) para a Boavista, a da Praia de Chaves e a de Santa Mónica (Decreto-Regulamentar n.º 7/94 de 23 de Maio), no entanto, estas foram redefinidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2007 de 19 de março sendo ainda criada a Zona de Morro de Areia. Estas ZDTI são exemplos de áreas de desenvolvimento

turístico em sobreposição com sítios protegidos. Prevê-se que nos próximos 15 anos sejam construídas cerca de 30 mil camas nas ZDTI da ilha, no entanto, desconhece-se os objetivos definidos para estas zonas, dada a inexistência de um plano estratégico. Não deixa também de ser preocupante o fato de, nas tentativas de estabelecimento dum plano estratégico para o turismo não terem sido envolvidas nem a comunidade local, nem outros atores e de, na ausência de planos de ordenamento, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico da ilha (criada recentemente e responsável pelo desenvolvimento turístico da ilha) estar a preparar conjuntamente o plano de desenvolvimento turístico e o Plano Diretor Municipal para a Boavista. Convém salientar que o planeamento estratégico do turismo deve ser integrado, a longo prazo, com metas e objetos específicos determinados e incluir a participação pública. Frequentemente, áreas que em tempos foram atrativas, com a intensa exploração e procura turística, deixam de o ser, em grande medida devido à má planificação que não tem em conta aspetos ambientais e socioculturais.

Tal como em outras ilhas de Cabo Verde, impera também na Boavista o turismo edificado (na modalidade de “resorts”) e um planeamento inadequado do setor turístico. Isso apresenta algumas ameaças, nomeadamente a especulação nos preços de terrenos; os investidores estrangeiros têm-se apressado na compra de terrenos nas áreas costeiras; os restaurantes, locais de venda de artesanato, as agências de viagem, as excursões e locais de aluguer de equipamentos desportivos são explorados sobretudo por estrangeiros (maioritariamente por italianos); a qualidade ambiental começa a estar em risco devido à insuficiente recolha e tratamento de resíduos e efluentes e a pressão antropológica; a fragmentação de habitats; a destruição de dunas; o aumento de pressão sobre ecossistemas frágeis e espécies ameaçadas. Quanto ao abastecimento de água, produção de energia elétrica, tratamento de efluentes e transporte de resíduos são os próprios hotéis os responsáveis pela organização destes serviços, uma vez que possuem os seus próprios dessalinizadores, geradores, pequenas estações de tratamento de águas residuais e transporte para o seu lixo. Mas isso não deixa de colocar problemas porque a não fiscalização não permite verificar se cumprem todos os parâmetros legais e a comunidade local não beneficia destas infra-estruturas (Lima, 2008).

O planeamento inadequado (ou inexistente) tem condicionado, por exemplo, as áreas costeiras, não deixando outra alternativa para as mesmas que não o turismo e a construção desenfreada, pois grande parte dos proprietários locais vê nestas uma

oportunidade de negócio e mais grave ainda, é que grande parte têm sido adquiridas por estrangeiros (alienação do território) (Lima, 2008).

As atividades turísticas que já vêm sendo desenvolvidas na Boavista são banhos de mar e sol; *windsurf*; mergulho; passeios de moto 4; *turtle* e *bird watching*. Todavia, estas últimas cinco atividades enunciadas estão a realizar-se sem regras e controlo. Assim, torna-se necessário a emissão de licenças, a regulamentação e o controlo (fiscalização) das mesmas (Lima, 2008).

Segundo os inquéritos realizados pela Penninkhoff (2006), no âmbito da sua dissertação de mestrado, a ilha da Boavista é procurada principalmente pela natureza e paisagem. Esse mesmo trabalho apresenta indicações de que um número considerável de turistas está interessado em contribuir para a proteção ambiental na Boavista e que alguns membros da comunidade local querem ser envolvidos na indústria turística. Assim os produtos turísticos a serem desenvolvidos deviam levar em consideração esses fatos, as tendências do mercado e dos turistas internacionais e as características do meio. Como tendências do mercado e dos turistas internacionais favoráveis à Boavista, pode-se indicar, de entre outras, estas: a diversificação dos destinos e produtos; a maior parte das atividades turísticas está ligada à natureza e atrações socioculturais; o crescente interesse pelo património natural e cultural; aposta na qualidade ambiental, fator determinante na escolha dos destinos e para as formas de turismo ligadas ao turismo de natureza.

Baseando-se nas características da ilha, a Boavista possui as seguintes vantagens: extensas e bonitas praias; corais e grande diversidade marinha; boas condições para a prática de *windsurf* e *kitesurf*; a presença de tartarugas, cetáceos e de aves peculiares; zonas húmidas; zonas naturais mais ou menos preservadas; interesse geológico e arqueológico; pouco urbanizada não havendo muita degradação; a sensação de deserto numa ilha; rasgos culturais de interesse – música, tradições e costumes.

Contudo, possui algumas desvantagens, que são necessárias ter em conta, como seja: não se encontram implementadas as áreas protegidas e os limites ainda não foram aprovados; parte dos sítios protegidos foram redefinidos como ZDTI; insuficientes redes viárias, estruturas de saúde, recolha e tratamento de resíduos sólidos e efluentes; falta de mão-de-obra qualificada; artesanato pouco diverso, apesar de haver alguma tradição; importação de artesanato da Costa Ocidental Africana; falta de atividades de animação; dependência da importação de mercadorias e bens; custo de vida elevado; a construção desordenada e não integrada na paisagem; a exploração de inertes; arribadas;

a captura de tartarugas; escassez de água, deficiente abastecimento de água e produção de energia; pessoas não qualificadas a fazer o *bird* e *turtle watching*; suscetibilidade ao aumento do nível do mar (Lima, 2008).

Com base no acima exposto, pode-se considerar que os elementos potenciais a serem desenvolvidos na Boavista poderão ser a natureza selvagem e o bem-estar. Atividades de ecoturismo como o mergulho, o *bird watching*, *turtle watching*, *whale watching* poderão ser desenvolvidos, mas como também apresenta valores culturais e valores científicos, o desenvolvimento do turismo cultural e científico poderão ser outras alternativas. O ecoturismo, concilia áreas de grande valor ecológico com atividades turísticas pouco impactantes. No desenvolvimento de atividades de ecoturismo deve haver a minimização dos impactes negativos provocados pelos visitantes, informação ambiental, a promoção da educação ambiental, gestão e conservação da natureza, assim como, benefícios socioeconómicos para a população local. Ao viajante é atribuída a responsabilidade no cumprimento desses princípios, deste modo, as características naturais e culturais poderão ser preservadas por muito mais tempo e esta poderá ser uma possibilidade para diversificar o turismo, a valorização do património natural e cultural e a valorização de produtos típicos.

Uma vez que o turismo nas áreas protegidas concilia o ecoturismo, o turismo cultural e o científico, seria uma opção adequada para esta ilha. Seria ainda uma oportunidade para valorizar essas áreas, para a criação de centros de investigação e incentivo à própria investigação. Mas os benefícios do turismo para a conservação terão de ser maior do que os custos ambientais derivados.

Deste modo, o melhor para a ilha da Boavista será a aposta num modelo de turismo sustentável, entendido como aquele compatibiliza o desenvolvimento do turismo e os interesses económicos, que estimula o respeito e a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais e, por outro lado, favorece a redução das tensões entre o turismo, os visitantes, as comunidades anfitriãs e o ambiente, ou seja, a existência de um equilíbrio entre todos os intervenientes.

Neste contexto, o apelo ao turismo massificado assente no sol e na praia, já não é suficiente para garantir o sucesso do turismo na ilha ou no país. Ou seja, a maioria das pessoas vive atualmente em meios urbanos e esse fato repercute-se nas motivações dos turistas, já que as pessoas tendem a procurar, cada vez mais, a ruralidade, o contato com a natureza e os espaços abertos onde é possível o contato direto com a realidade que os rodeia.

O turismo sustentável é um turismo planificado, bem gerido, respeitador do meio ambiente e assente na diversificação dos produtos turísticos. Por isso, terá de estar adaptado à personalidade do sítio e envolver o tecido empresarial local. Assim, para o desenvolvimento de um turismo sustentável há que defender-se medidas que sejam duráveis e economicamente viáveis longo prazo e que respeitem o meio, nomeadamente em termos de capacidade de carga dos espaços naturais e culturais; medidas que estejam devidamente integradas com a totalidade do território e que permitam a efetiva participação das populações locais.

Só desta forma se assegurará a qualidade necessária para proporcionar uma experiência inesquecível para os visitantes e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio entre aquilo que a indústria turística tem de implementar e aquilo que a comunidade local deseja (que vai de encontro às suas necessidades). Desta forma se assegura a fundamental cooperação entre visitantes e comunidade anfitriã e a sustentabilidade do setor.

Resumindo o que foi dito, as espécies e ecossistemas da Boavista apresentam uma vulnerabilidade ainda maior devido ao facto de terem evoluído na presença de um número restrito de habitantes.

Existem associações e ONG, equipas técnicas municipais para o ambiente no terreno, que desde que devidamente coordenados e apoiados poderão ser um instrumento eficaz para proteção e conservação ambiental.

O atual desenvolvimento do turismo compromete o ambiente porque não tem sido compatível com os objetivos de conservação. Tem resultado em impactos negativos consideráveis no ambiente natural (e sociocultural) que poderão comprometer a própria viabilidade do setor.

A ilha perspectiva-se como um importante destino turístico em Cabo Verde. Tem potencialidades para desenvolver um turismo de qualidade e com baixa densidade turística (e urbanística) baseado nas suas características naturais.

Por isso, a Boavista, para que não venha a acontecer com os recursos turísticos o que aconteceu no passado com os então produtos de interesse económico, como o sal e a urzela, por exemplo, entende-se que as entidades empreendedoras, nacionais e internacionais, e a governação do país deverão promover uma reflexão sobre as políticas de turismo pensadas e a serem (re)pensadas, nomeadamente no que concerne, ao mesmo tempo, à preservação dos produtos naturais e criados que a ilha, às iniciativas que deverão ser tomadas, desde agora, no sentido da sustentabilidade económica e social

numa longínqua mas possível era pós-turismo. Por exemplo: Qual o impacto ambiental mas também sócio-cultural da exploração turística na Boavista, a curto, a médio e a longo prazos? Como transformar os atrativos turísticos que Boavista oferece em recursos turísticos, sem degradar o património turístico da ilha, não comprometendo, assim, os direitos das futuras gerações? Como garantir a sustentabilidade económica, social e cultural da ilha no quadro do sistema turístico que se está a implementar na ilha das Dunas?

CAPITULO III – Análise global dos efeitos do turismo na ilha da Boavista

O principal objetivo deste capítulo é o de identificar e caraterizar os impactes do turismo na ilha da Boavista à nível económico, social e ambiental e assim tentar-se responder as duas questões inicialmente levantadas:

- Qual é o contributo do turismo para o desenvolvimento sustentável?
- Em que situação se encontra a ilha de Boavista?

3.1. Impacte económico do turismo

3.1.1. Turismo e emprego

É vasta a literatura em que se refere que o emprego é talvez um dos mais importantes benefícios económicos que o turismo pode ter nas áreas de destino. O turismo enquanto atividade económica que depende, em grande parte, do fator humano e que não exige grandes qualificações profissionais favorece a criação e oferta de emprego. Daí que o emprego no turismo seja bastante diversificado e extensível a outros setores da economia. O turismo cria oportunidades de emprego direto nos estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, transportes, agências de viagens e outros. Entretanto, há outros setores umbilicalmente ligados ao turismo e que oferecem emprego de uma forma indireta. É o caso das lojas de recordações, as agências de alugueres de automóveis, as atividades de lazer e recreação, as lavandarias, entre outros.

O aumento da oferta de emprego derivados do turismo está associado a muitos fatores com destaque para as despesas efetuadas pelos turistas e o volume de investimentos realizados.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT - 2010), a nível económico as principais atividades económicas da ilha da Boavista fazem parte do setor terciário, seguindo-se as atividades do setor primário. O setor secundário é o que regista menor expressão nesta ilha.

A ocupação da população da Boavista está, maioritariamente, concentrada em atividades económicas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística, como é o caso da hotelaria, restauração, construção e comércio.

Quadro 12: População da ilha da Boavista por setor de atividade (2010)

Setor de atividade	Boavista %
Total	100
Produção agrícola	8.1
Indústria extrativa	0.2
Indústria	2.0
Construção	21.3
Comércio	15.6
Transporte e comunicações	5.0
Hotéis e restaurantes	23.1
Atividades financeiras	0.0
Serviços imobiliários	0.0
Serviços as empresas	1.3
Administração pública	4.8
Educação	6.3
Saúde	0.4
Outros Serviços	1.6
Serviços domiciliários	3.7
<i>Sem informação</i>	<i>6,6</i>

Fonte: OIT (2010)

Contudo, refere-se que o baixo nível de qualificação profissional dos trabalhadores é muitas vezes, um obstáculo à inserção no mercado de trabalho local.

Como mostra o quadro acima é ainda acentuada a diferença entre a agricultura, enquanto atividade do setor primário e as atividades do setor terciário. A agricultura na ilha da Boavista não tem muita expressão o que tem como causa de certa forma, além da aridez climática, da seca prolongada e das condições hidrológicas pouco favoráveis, a diminuição da força de trabalho nesta área, daí que grande parte dos produtos hortícolas são provenientes de outras ilhas e do estrangeiro o que faz o preço destes seja mais caro.

Quadro 13: Pessoal ao serviço, nacional e estrangeiro por ilha (2011)

<i>Ilha</i>	Nacional		Estrangeiro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Antão	176	4	5	1	181	3
São Vicente	352	7	13	3	365	7
S. Nicolau	32	1	2	0	34	1
Sal	1.921	41	106	23	2.027	39
Boavista	1.486	32	290	63	1.776	34
Maio	19	0	3	1	22	0
Santiago	605	13	38	8	643	12
Fogo	108	2	6	1	114	2
Brava	16	0	-	-	16	0
TOTAL	4.715	100	463	100	5.178	100
%	91,1		8,9		100,0	

Fonte: INE (2012)

Os dados disponíveis mostram que em 2011, a ilha da Boavista, contava cerca de 32% do pessoal nacional afeto ao serviço, e os estrangeiros nesta ilha estão em maior percentagem, 63%, a nível nacional.

Quadro 14: Pessoal ao serviço segundo o tipo de estabelecimento por ilha (2011)

	Tipo de Estabelecimento												Total	
	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	77	2	73	18	...	...	-	-	...	...	46	18	209	3,9
S.Vicente	199	5	83	21	...	...	...	...	-	-	66	26	369	6,9
S. Nicolau	-	-	25	6	-	-	...	...	-	-	...	...	35	0,6
Sal	1.832	43	40	10	-	-	...	...	188	66	30	12	2.104	39,1
Boavista	1.702	40	...	...	-	-	45	31	...	...	28	11	1.802	33,5
Maio	-	-	...	...	...	...	-	-	...	...	9	3	23	0,4
Santiago	414	10	82	21	...	...	65	45	...	...	64	25	705	13,1
Fogo	26	1	60	15	...	...	...	...	...	...	...	...	114	2,1
Brava	...	...	15	4	...	...	-	-	-	-	...	...	24	0,4
TOTAL	4.252	100	397	100	46	100	146	100	286	100	258	100	5.385	100,0
%	79.0		7.4		0.9		2.7		5.3		4.8		100.0	

Fonte: INE (2011)

Em termos de oportunidades de emprego nos estabelecimentos de alojamento, de um total de 5.385 empregos criados a nível nacional, a ilha detém cerca de 1.882, ou seja, cerca de 33,5% em relação ao todo nacional. Neste ponto, a ilha da Boavista é ultrapassada pela ilha do Sal que, naquele ano, criou 2.104 empregos, representando 39,1% a nível nacional.

Embora a diminuição da taxa de desemprego constitua um dos grandes impactes do turismo na ilha, convém registar que a maioria das oportunidades de trabalho oferecidas não é para cargos de direção, mas sim para ocupações que exigem menos qualificações (como a restauração e serviços gerais), apesar de esta situação tender a alterar pois cada vez mais exige-se mais especialização e formação das pessoas com vista a garantir-se a qualidade dos serviços prestados (INE, 2011).

Quadro 15 - Pessoal ao serviço segundo o tipo de estabelecimento na ilha da Boavista

	Tipo de Estabelecimento													
	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
Ano	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	56	2	5	2	0	0	30	27	114	47	23	12	228	7
2008	706	23	16	5	0	0	49	35	...	...	30	16	895	21,9
2009	702	23	16	5	0	0	49	35	115	37	28	12	910	22,1
2010	991	32	11	3	0	0	34	27	96	42	20	10	1.152	28,4
2011	1.589	39	6	2	0	0	38	29	110	34	33	13	1.776	34,3

Fonte: INE (2007 a 2011).

A tabela supra mostra, de um modo geral, como a oferta de emprego tem aumentado gradualmente nos estabelecimentos ao longo dos anos, o que, por um lado vai de encontro ao aumento do número destes estabelecimentos conforme demonstrou, por seu lado, a tabela 6. Assim, de uma taxa de 7% no ano de 2007, a taxa de oferta de emprego nos estabelecimentos de alojamento aumentou para os 34,3% à nível nacional. A tabela mostra ainda como a hotelaria tende a firmar-se como um setor estratégico de desenvolvimento da ilha, enquanto setor importante na criação de emprego

Dados do ano de 2011 dão conta ainda que durante esse ano o pessoal remunerado representou 99,1% do total do pessoal empregado. Além disso, a grande maioria do pessoal empregado (91,1%), é nacional. De igual modo, 57,3% desse mesmo efetivo é do sexo feminino.

Do pessoal ao serviço remunerado, 77,6% tem contrato a termo, 18,4% tem contrato permanente e apenas 4,0% não tem contrato. Dos com contrato a termo, 60,4% tem contrato de 3 meses, 21,8% tem contrato de 6 meses e 17,8% tem contrato de um ano ou mais.

Por categoria de pessoal ao serviço, a restauração, a cozinha e andares representam, do total do pessoal, cerca de 16,0%, 14,9% e 13,3% respetivamente. As categorias menos representativas são o controlo (0,6%), o economato com 1,1% e a pastelaria com 2,0%.

Segundo o escalão de pessoal ao serviço, continuam a ser mais representativos os estabelecimentos hoteleiros que empregam 3 a 5 pessoas, representando 33,3%. Seguem-se os estabelecimentos que empregaram 6 a 9 pessoas e 1 a 2 pessoas com 17,9% e 16,4% respetivamente.

3.1.2. Turismo e rendimento

Segundo Cunha (1997) a capacidade de uma região ou país para reter o rendimento turístico gerado depende da capacidade produtiva da economia local. Como a capacidade produtiva local, neste caso, é fraca, então a necessidade de recorrer à importação é cada vez maior. Mesmo assim, o rendimento não deixa de ser, ao lado do emprego, um dos mais importantes benefícios do turismo nos locais de destino. Com efeito, uma parte importante do rendimento derivado das despesas turísticas nos estabelecimentos hoteleiros destina-se a pagar os salários dos empregados. Estes, por sua vez, utilizam parte dos seus rendimentos para adquirirem bens essenciais e consequentemente o comércio local acaba por beneficiar indiretamente.

É difícil fixar-se com precisão o montante do rendimento derivado da atividade turística, ou seja, o seu real contributo no desenvolvimento de um país, região, ou localidade dado que o turismo é um ramo de atividade que estabelece relações com vários setores económicos. Apesar disso, o número de emprego criado na ilha, as receitas governamentais arrecadadas e os investimentos realizados demonstram que o turismo gera rendimento e constitui fonte de rendimento para muito dos residentes. Segundo dados do Banco de Cabo Verde, cerca de 97% dos projectos dos IDE aprovados em 2007 destinavam-se ao turismo e imobiliária turística, e dirigiam-se especialmente para as ilhas da Boavista (38%), Sal (32%) e São Vicente (27,5%). (BCV, 2008).

Paralelamente, muitos pequenos negócios na localidade são envolvidos o que dificulta ainda mais a sua avaliação pois o turismo também alimenta muitas das pequenas unidades comerciais na ilha como, lojas de recordações, pequenos restaurantes, bares, agências de viagens e de alugueres de automóveis, discotecas, entre outros. Não obstante a maioria dos empreendimentos turísticos terem como proprietários estrangeiros, não se pode negar o papel crucial do turismo para além da criação de empregos mas também no sustento de pequenos negócios na ilha.

Quadro 16 - Estabelecimentos de alojamento segundo a participação maioritária no capital social (2009)

	Participação maioritária no Capital Social									
	Privada Nacional		Privada Estrangeira		Privada Nac.+Estr.		Pública		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Boavista	6	5	12	30	1	11	-	-	19	11,0

Fonte: INE (2009)

A maioria do capital investido é estrangeiro e por conseguinte parte significativa do rendimento obtido é canalizado para os países de origem do capital. Assim, o dinheiro que é retido no país, salvo o capital investido, é pouco significativo até porque as divisas que entram são também utilizadas na importação de bens essenciais ao turismo.

De acordo com Banco de Cabo Verde (BCV, 2012) em 2011 foram geradas 27.847,7 milhões de escudos cabo-verdianos em receitas pelo turismo representando cerca de 21,1% do PIB cabo-verdiano (tabela 17)

Quadro 17: Evolução dos indicadores do turismo (Cabo Verde)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas de Turismo ²	8.578,4	10.770,9	17.495,4	23.495,5	25.361,3	20.912,5	22.023,4	27.847,7
Receitas do Turismo ³	10,4%	12,0%	16,8%	21,9%	22,0 %	18,1%	17,8%	21,1%
Participação nos Serviços ⁴	40,5%	42,6%	52,2%	59,7%	56,7%	55,2%	52,2%	60,8%

Fonte: BCV (vários anos)

Por essas e por outras razões que se mostra importante incentivar a produção interna de modo a reduzir o nível das importações e tirar mais benefícios do turismo. Por outro lado, também se mostra necessária a sensibilização dos potenciais investidores e dos proprietários dos empreendimentos turísticos, nomeadamente dos hotéis, a participarem nos projetos sociais. Porém, convém dizer-se que, apesar destes aspetos, os gastos dos turistas e os investimentos estrangeiros realizados contribuem sempre para impulsionar o desenvolvimento da economia local.

3.2. Impacte social do turismo

3.2.1. Turismo e estruturas sociais

A atividade turística implica a deslocação de pessoas de um país para o outro, de uma região para outra, isto é, para um lugar diferente da sua residência habitual daí que essa atividade implique o contacto entre pessoas com características socioculturais e

² Milhões CVE - Crédito de viagens de turismo, Balança de pagamentos.

³ % PIB.

⁴ Crédito viagens de turismo/Crédito total dos serviços.

económicas também diferentes e que os seus impactes se traduzam nas relações estabelecidas durante a permanência dos turistas, cuja intensidade e duração depende de fatores espaciais e temporais específicos.

Assim um primeiro impacte do turismo a nível social é o aumento da população (temporária e permanente). A população da Boavista conheceu um rápido crescimento a partir de 1990. De acordo com o INE (2011), em 1990, a ilha contava com apenas 3.452 habitantes, tendo aumentado para 9.162 em 2010. Este aumento demográfico é pois, o resultado das migrações internas e internacionais motivadas pelo desenvolvimento do turismo. Muitos procuram a ilha para trabalhos na construção civil, comércio e hotelaria. Os trabalhos no setor da construção civil resultam em parte dos investimentos realizados na construção de estabelecimentos hoteleiros e obras de requalificação urbana. Este é o setor que absorve uma boa parte da mão-de-obra residual.

Associado ao aumento da população está também a sua consequente heterogeneidade. Porquanto muitos entram como turistas mas acabam por ali fixar residência e desenvolver diferentes tipos de negócios ligados ao turismo e muitos dos investimentos turísticos internacionais originaram um aumento da oferta de postos de trabalho.

A ilha da Boavista tem um único concelho com o mesmo nome, duas freguesias, a de Santa Isabel e a de São João Baptista e integra uma cidade, Sal-Rei e sete povoações: Bofareira, Cabeça dos Tarafes, Estância de Baixo, Fundo das Figueiras, João Galego, Povoação Velha e Rabil. Entretanto, a população é maioritariamente urbana. Cerca de 59,0 % da população está concentrada na cidade de Sal-Rei como mostra a tabela infra.

Quadro 18 – Distribuição da população da ilha da Boavista (2010)

Concelho	Urbano %	Rural %	Total %
Boavista	59	41	100
Cabo Verde	61,8	38,2	100

Fonte: INE, 2011

É em Sal-Rei é que se concentra a maior parte das infra-estruturas hoteleiras e consequentemente a oferta de emprego. Em termos de organização espacial, os aglomerados populacionais existentes são de pequena dimensão e muito dispersos entre si o que condiciona ainda mais as atividades de planeamento ao nível local.

Um outro impacte de índole social e que convém referir-se é que, apesar de no indicador turismo e emprego ter-se constatado que o turismo contribui positivamente para aumentar postos de trabalho. Porém, muitos desses empregos são de carácter sazonal e temporário, o que constitui um problema de insegurança e instabilidade para os trabalhadores pois limita as expetativas de evolução numa carreira.

3.2.2. Turismo e cultura

Não só os aspetos naturais constituem potencialidades turísticas de uma dada região. Também os aspetos culturais (tais como o património arquitetónico, a arte, a música, a dança, a gastronomia, tradições e costumes) poderão constituir importantes atrativos turísticos e a chave da promoção de uma dada região se forem devidamente preservados e valorizados.

Como se disse mais atrás, a ilha da Boavista em termos de património cultural e histórico não apresenta muitas alternativas. No que se refere às festas tradicionais em algumas povoações, principalmente as festas de Santa Isabel e de São João Baptista, estas são um recurso cultural com algum interesse em termos de turismo assim como o festival de verão, mas têm-se constatado alguma falta sensibilidade política das autoridades nacionais e locais na sua promoção e devida divulgação, quando estes eventos para além de poderem contribuir para aumentar a procura turística (fazendo assim aumentar a taxa de ocupação hoteleira e beneficiar os restaurantes e bares), são um estímulo e uma forma de valorizar a cultura local.

Ao nível do artesanato, observa-se uma grande invasão de produtos artesanais de alguns países da costa africana e a fraca expressividade da cultura local por falta de iniciativas e de incentivos. Nesse ramo, como produtos típicos da ilha, pode encontrar desde produtos de cerâmica e tecelagem a colares feitos com ossos e conchas, pulseiras de “*contas*” e de búzios, quadros com pintura de paisagens da ilha, objectos feitos a partir da carapaça da tartaruga, casca de coco e barro, balaies de ervatã e de ramos de tamareira, chapéus de palha, ceirões de junca, candeeiros de quatro bicos em folhas de flandres ou de latão, cordas e vassouras de fios ou lã da casca de coco, bordados, colheres de pau e de chifres de boi, entre outros.

Dos produtos artesanais típicos da costa africana e que podem ser encontrados à venda na ilha e em grandes quantidades, refere-se os quadros de areia, vestidos elaborados com tecidos típicos africanos, estátuas de madeira, de entre outros. Reconhece-se o valor cultural do artesanato africano, mas na verdade não representam a

cultura cabo-verdiana. Mostra-se, assim sendo, necessária a definição de uma política de promoção e valorização que tenha em conta os valores próprios da cultura autóctone.

De se realçar ainda o preço, às vezes, desmedido de alguns produtos artesanais, o que inibe em alguns casos a sua aquisição pelos potenciais compradores que na sua maioria são turistas, visto que os imigrantes da costa africana vendem a preços baixos e logo com relativo êxito produtos que trazem o nome de Cabo Verde, mas que nada têm a ver com a realidade cabo-verdiana (tais peças são geralmente adquiridas pelos turistas por desconhecimento, estes que acreditam tratar-se de artesanato de Cabo Verde quando na sua maioria são peças confeccionadas nos países de origem dos vendedores estrangeiros). A comercialização de produtos artesanais sob diversas formas para além de valorizar a cultura local é muitas vezes fonte de rendimento para muitos residentes.

3.3.3. Turismo e problemáticas sociais

Já se referiu que o turismo contribui para o aumento da população assim como também têm contribuído para o aumento de postos de trabalho. Entretanto esse aumento da população e da força de trabalho trazem consigo problemas sociais e o agravamento das condições de salubridade nalgumas cinturas urbanas.

É disso exemplo a problemática de bairros degradados, os vulgarmente designados de bairros de lata como é o caso do bairro da Boa Esperança também conhecido por “Barraca” na ilha da Boavista.

O bairro da Barraca ocupa o espaço onde anteriormente existiam as salinas que deram o nome à cidade de Sal-Rei e tem vindo a crescer desde 2000 com a população vinda das outras ilhas (designadamente, comerciantes da ilha de Santiago), mas também do Senegal e Guiné em busca de trabalho nas obras de construção civil em empreendimentos turísticos em expansão na Boavista. Na sequência de um estudo publicado em 2010 baseado em sondagens (Afrosondagem, 2010), o bairro da Barraca aloja atualmente cerca de 3.000 pessoas em condições de vida e salubridade extremamente precárias. Os problemas ligados à acumulação de lixo, à águas estagnadas e a dejetos tornam este local um potencial foco infeccioso grave para toda a população de Sal-Rei, comprometendo o desenvolvimento da ilha e do arquipélago.

O aumento da população da ilha como resultado da evolução do mercado turístico trouxe consigo o problema do alojamento da população induzida por esse desenvolvimento turístico e que tem constituído um dos maiores problemas sociais a resolver e cuja solução poderá passar por uma intervenção programada no domínio da

habitação social de forma a evitar o surgimento e a proliferação de mais bairros constituídos por construções clandestinas (barracas e outras) sem condições mínimas de habitabilidade, com repercussões diretas na qualidade do turismo que se almeja para a ilha. E, o controlo e a gestão de novos bairros e a reabilitação dos bairros degradados constituem problemas para as autoridades locais.

Consciente desta problemática, o Governo cabo-verdiano lançou o programa “Casa Para Todos”, que tem como objetivo a redução do *deficit* habitacional (estimado em 44.000 moradia) em 20% nos próximos (em princípio 3 anos a contar do ano de 2010) e o investimento na melhoria das condições de habitabilidade das populações. Paralelamente, a SDTIBM criou o Fundo Económico e Social da Boavista e Maio (FESBEM) que visa, entre outros, apoiar as populações de baixa renda ligadas ou não ao sector turístico na aquisição de casa própria, numa lógica de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo nessas ilhas.

Paralelamente a este problema, o turismo também é suscetível de agravar a incidência da criminalidade, nomeadamente o consumo e tráfico de drogas, da prostituição, das doenças sexualmente transmissíveis. Estes problemas atingem quer a comunidade local quer os próprios turistas pois ameaçam a tranquilidade e a segurança da ilha. É necessário precaver para não comprometer o normal desenvolvimento do turismo nesta ilha. Foi com esse objetivo que no mês de junho de 2010 foi implementado o projeto Turismo Seguro na ilha da Boavista, altura em que se registava cerca de onze a treze assaltos diários principalmente na praia de Santa Mónica. O projeto Turismo Seguro é um projeto coordenado pela Polícia Nacional e visa prevenir a violência e a criminalidade, principalmente contra os turistas, com vista a uma maior tranquilidade e segurança na segunda ilha mais turística do país e obedece a uma lógica de polícia de proximidade, contando para tal com a parceria de diversos outros parceiros sociais (como é o caso da Polícia Judiciária, das Forças Armadas, dos operadores turísticos, Direção Geral do Turismo, ONG's e da sociedade civil).

3.4. Impactes ambientais do turismo

Souza (2009: 43) refere que “ (...) o turismo e o ambiente estão intimamente inter-relacionados, pois o setor turístico tem no ambiente, seja ele natural ou cultural, os recursos base para o desenvolvimento da sua atividade. Nesse contexto, a degradação de uma paisagem representa uma perda de satisfação do visitante e,

portanto, uma perda do seu valor, enquanto a sua proteção se traduz num aumento da satisfação dos visitantes, ou seja, num aumento do seu valor”.

No que se refere à sustentabilidade ambiental, encontra-se já em vigor um leque variado de legislação para a gestão eficiente e sustentável do ambiente, destacando-se: a Lei n.º 86/IV/93, de 26 de junho que define as Bases da Política do Ambiente; Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de julho que desenvolve as Bases da Política do Ambiente; Decreto-Regulamentar n.º 4/2006, define o regulamento e a composição do Conselho Nacional do Ambiente; Portaria n.º 3/2006, de 23 de janeiro que define o regulamento e a composição do Comité de Gestão e Seguimento do Segundo Plano de Ação para o Ambiente; Decreto-Lei n.º 29/2006, Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente; Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro que estabelece as bases do património cultural e natural; Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas; Resolução n.º 158/VI/2006, de 9 de janeiro que aprova o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente; Portaria n.º 23/2007, de 27 de agosto que designa a Direção Geral do Ambiente a autoridade administrativa competente definidos pela Convenção sobre o Comércio Internacional das espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção; Resolução n.º 72/2010, de 13 de dezembro que aprova o Plano Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde (PNCTM-CV); Decreto-Regulamentar n.º 7/2002, de 30 de dezembro que estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção; Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de março que define o Sistema nacional de proteção e controlo do ar; Resolução n.º 24/2012, de 25 de abril que aprova o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades; Decreto n.º 31/2003, de 1 de setembro que Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros, e respetiva fiscalização, tendo em vista a proteção do meio ambiente e a saúde pública; Decreto-Lei n.º 7/2004, de 23 de fevereiro que estabelece as normas de descargas das águas residuais; Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de janeiro que proíbe a extração e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial; Decreto-lei n.º 81/2005, de 5 de dezembro que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico; Decreto-Lei n.º 22/98, de 25 de maio que aprova as normas mínimas relativas à elaboração e aprovação de projetos de construção, à insonorização e às

condições de segurança dos estabelecimentos de funcionamento noturno de diversão e a Lei nº 76/VII/2010, de 23 de agosto que cria a Taxa Ecológica.

A política do turismo no país com base no seu Plano Diretor Físico (PDF) levou ainda a que no ano de 1993 e a nível do ordenamento do território fossem criadas as Zonas Turísticas Especiais (ZTE) que se classificam em Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e em Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT). Na ilha da Boavista existem 14 das 47 áreas protegidas de Cabo Verde, que podem contribuir para diversificar a sua oferta turística.

Quadro 19 – Áreas protegidas da ilha da Boavista

Áreas protegidas da ilha da Boavista	Áreas em hectares
Parque Natural do Norte	16489 ha
Reserva Natural de Boa Esperança	3968 ha
Reserva Natural de Ponta do sol	456 ha
Reserva Natural Tartanugas	1259 ha
Reserva Natural de Morro de Areia	2100 ha
Reserva Natural Integral Ilhéus Baluarte	7,65 ha
Reserva Natural Integral Ilhéus dos Pássaros	0,68 ha
Reserva Natural Integral Ilhéus do Curral Velho	43,67 ha
Monumento Natural Monte Santo António	457 ha
Monumento Natural Ilhéu de Sal Rei	89,97 ha
Monumento Natural Monte Estancia	736 ha
Monumento Natural Rocha Estancia	253 ha
Paisagem Protegida do Monte Caçador e Pico Forcado	3365 ha
Paisagem Protegida de Curral Velho	1636 ha

Fonte: SIA (2010)

O principal atrativo turístico da ilha da Boavista são os seus recursos naturais. A ilha conta com extensas praias sobretudo na sua costa Oeste e Sudoeste (à exceção da ZDTI) do Morro de Areia que apresenta uma costa rochosa com uma zona marítima de concentração de tubarões em certas épocas, extensas dunas de areia branca, diversos oásis de tamareira e coqueiros e o seu fundo marinho é rico e diversificado com águas límpidas e transparente, bancos de corais e restos de navios naufragados. É a ilha mais próxima do continente africano e por isso o seu clima e paisagem são fortemente influenciados pelos ventos secos e quentes do Sahara. É por causa destes recursos turísticos que as autoridades locais e nacionais consideram que na ilha existe um grande

potencial para o desenvolvimento do turismo balnear familiar com uma importante componente de turismo ambiental, assim como para a prática de turismo de mergulho e pesca desportiva.

As principais e mais conhecidas praias da ilha são as de Estoril, Cabral, de Chaves, Curralinho, Ervatão, Varandinha, Lacacão e a maior de todas é a praia de Santa Mónica com cerca de 18 km. De se destacar a existência ainda na ilha de inúmeras salinas e a presença da maior bacia hidrográfica de Cabo Verde. A ilha é também conhecida por possuir um dos mais importantes pontos de confluência e desova da tartaruga marinha careta-careta, sendo a observação deste fenómeno uma das atrações turísticas deste destino. A criação de áreas protegidas aumenta as exigências para a intervenção humana nestas áreas, de forma a garantir a sua proteção ou exploração sustentável, ao mesmo tempo que podem constituir em si produtos turísticos passíveis de serem promovidos.

Para a ilha da Boavista, cuja gestão das ZDTI's está sob a responsabilidade da SDTIBM, já se encontram aprovados os Planos de Ordenamento Turístico (POT's) das ZDTI's de Chaves, Morro de Areia e Santa Mónica, tendo como objetivos:

“ a) Concretizar a política de ordenamento das zonas turísticas especiais de forma a estruturar uma parcela do território municipal de acordo com um modelo e uma estratégia de desenvolvimento orientado para o turismo;

b) Estabelecer normas gerais de ocupação, transformação e utilização do solo que permitam fundamentar um correto zoneamento, a utilização e gestão das zonas turísticas abrangidas, visando salvaguardar e valorizar os recursos naturais, promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a proteção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico e sócio-cultural;

c) Definir princípios, orientações e critérios que promovam formas de ocupação e transformação do solo pelas atividades humanas, de forma integrada, de acordo com as aptidões e potencialidades de cada área abrangida, com destaque para: Regulamentação dos critérios de reclassificação do solo rural como solo de desenvolvimento de empreendimentos turísticos;

d) Associação de edificabilidade em espaço rural a critérios de sustentabilidade, dimensão e conexão com o desenvolvimento de infra-estruturas turísticas;

e) Promoção do turismo de alta qualidade;

f) Desenvolvimento de programas turísticos orientados para áreas e necessidades específicas;

g) Promoção da qualidade de vida das populações;

h) Produção de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica da ZDTI, a renovação dos ecossistemas e a expansão dos espaços verdes;

i) Definir, quantificar e localizar as conexões com as infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento futuro, garantindo a equidade dos empreendimentos turísticos no acesso a infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços de interesse geral;

j) Definir, localizar, quantificar e hierarquizar os espaços da ZDTI de acordo com a aptidão para o desenvolvimento turístico determinando, em cada caso, a capacidade de carga e / ou níveis sustentáveis de exploração.”

Paralelamente à questão da gestão do território nacional e a sua integração com as necessidades de desenvolvimento do turismo, outros aspetos mostram-se ainda de extrema importância para se garantir um turismo sustentável, competitivo e integrado como é por exemplo, a situação de venda de terrenos, principalmente a estrangeiros, para construção de empreendimentos hoteleiros em áreas costeiras.

Assim, a SDTIBM, enquanto entidade comprometida com o desenvolvimento do turismo na ilha da Boavista e Maio, tem apostado num modelo assente no respeito pelo ambiente, nomeadamente em termos de capacidade de carga dos espaços naturais e culturais, e na diversificação dos produtos turísticos, ou seja, num modelo de turismo planeado e sustentável entendido como aquele capaz de reduzir as tensões entre o turismo, os visitantes, as comunidades anfitriãs e o meio ambiente pois o turismo massificado assente no sol e na praia é da perspetiva daquela sociedade insuficiente para garantir o sucesso do turismo da ilha.

Para concluir, após a análise dos impactes do turismo a nível económico, social e ambiental na ilha da Boavista, pode-se concluir, *ab initio*, que o turismo tem tido um papel crucial no despontar desta ilha. Com efeito, o turismo apresenta-se como um dos principais fatores de desenvolvimento económico da ilha.

O setor do turismo, particularmente a hotelaria e a restauração, tem sido responsável pelo número de empregos criado na ilha. De forma indiretamente, a construção de infra-estruturas hoteleiras e de utilidade pública tem contribuído significativamente para criar mais oportunidades de emprego. Contudo, muitos dos empregos criados são de carácter sazonal e temporária e a são para cargos/categorias que não exigem devida qualificação profissional.

Entretanto esse aumento de oferta de empregos, tem significado, de um outro prisma, o aumento da população residente que acarreta consigo o surgir de problemas sociais tais como o nascer e proliferar de bairros informais, como é o caso do bairro da Boa Esperança vulgarmente conhecido por bairro das Barracas; o aumento da criminalidade, principalmente da pequena criminalidade; problemas relacionados com a droga (o consumo e tráfico); prostituição; problemas que preocupam a comunidade local e são suscetíveis de alterar a estrutura social da ilha.

Devidas às especiais características naturais da ilha, designadamente por possuir extensas praias de areia branca, dunas, temperatura amena, zonas confluência e desova da tartaruga marinha careta-careta, 14 áreas declaradas protegidas por diploma legal, as entidades com responsabilidade na promoção e desenvolvimento do turismo na ilha tem apostado num modelo de turismo sustentável e integrador, que busca compatibilizar os objetivos da atividade turística em si com os da comunidade local e os dos turistas.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como hipótese de partida responder às seguintes questões (i) qual é o contributo do turismo para o desenvolvimento sustentável da ilha da Boavista? e (ii) em que situação se encontra a ilha da Boavista? Durante a investigação deparou-se com algumas dificuldades relativamente aos dados recentes da ilha da Boavista, mas que foram ultrapassadas.

Uma vez feito o enquadramento teórico e o levantamento da literatura relevante para o tema em análise, procedeu-se a um estudo de caso aplicado à ilha da Boavista. Como se viu, o turismo está a ter e poderá continuar a ter um impacto positivo no desenvolvimento desta ilha que, dada as suas características próprias é conhecida por ilha das dunas, desde que haja preocupação sustentável em controlar aspetos necessariamente negativos. Claro que como toda e qualquer atividade de caráter transversal, o turismo pode ter impactos quer positivos quer negativos.

Assim, a nível económico, o desenvolvimento do turismo tem favorecido o aparecimento de novas oportunidades de negócios, além de constituir um estímulo à constituição de micro-empresas e reorganização do tecido empresarial em áreas diversificadas, que podem ir desde a restauração, à promoção do artesanato e das artes, pesca, agricultura e construção civil. Por outro lado, faz aumentar as receitas locais e/ou regionais, permite a criação de postos de trabalho mas também influencia o aumento do preço dos produtos nas áreas de destino, circunstância que faz dos residentes os principais prejudicados. Devido às características da ilha da Boavista, o investimento tem estado direcionado, de modo visível, para o turismo de praia.

Na ilha da Boavista a agricultura não tem grande expressão, daí que grande parte dos produtos, sobretudo hortícolas, seja proveniente de outras ilhas e do estrangeiro, o que significa que o preço destes produtos pode ser mais caro se comparado com outras ilhas onde a agricultura tem maior expressividade.

O turismo gera riquezas e gera lucros. No caso da ilha da Boavista tem-se constatado que, porque a maioria dos proprietários dos empreendimentos hoteleiros são estrangeiros (destacando-se os italianos, portugueses e ingleses), o produto do turismo em termos de riqueza tem sido canalizada para os países de origem dos investidores/proprietários em vez de ser utilizada para o desenvolvimento da própria atividade turística e melhoria da qualidade de vida local. Em termos globais, os impactos económicos positivos do turismo situam-se sobretudo no aumento de postos de emprego e no aumento do investimento

A nível social, o crescimento da estrutura demográfica da população nos últimos anos é o impacto mais evidente do turismo na ilha devido às migrações internas e internacionais de pessoas principalmente em busca de melhores condições de vida, de um posto de trabalho proporcionado pela atividade turística e não fruto de um crescimento natural. Este aumento da população tem sido responsável pela necessidade de no domínio da saúde se reforçar os equipamentos e infra-estruturas existentes de modo a acompanhar-se o desenvolvimento do turismo de qualidade e assim satisfazer-se interesses quer de entidades diretamente ligadas à saúde pública, quer dos investidores turísticos, assim como responder à procura da população local.

Apesar do aumento populacional da Boavista, um dos principais fatores de resistência ao rápido crescimento do turismo na ilha é o *déficit* da mão-de-obra local. A migração interna organizada tem sido a solução, mas importa referir que existe uma grande exploração da mão-de-obra qualificada que é um dos fatores que preocupa e desanima grande parte dos jovens. A migração interna implica fortes investimentos em habitações condignas, de modo a evitar a construção de barracas, a expansão de bairros degradados e os males correlativos, os quais podem pôr em causa a imagem da ilha enquanto destino turístico. É importante que exista por parte do governo investimentos em escolas de hotelarias e que sejam promovidas mais formações na área de turismo para que os visitantes se sintam bem acolhidos.

A segurança é também outro problema que se relaciona com o aumento da população. Cabo Verde é considerado a nível internacional um país seguro e tranquilo. Com o desenvolvimento da atividade turística as implicações na própria identidade cultural são inevitáveis daí que a ilha da Boavista poderá tornar-se num lugar menos seguro, passando a enfrentar problemas relacionados com o consumo de drogas, prostituição, atos de vandalismo, diminuição da tranquilidade na ilha e falta de segurança pública, aumento das doenças sexualmente transmissíveis (DST), especulação fundiária e consequente emergir e proliferar de bairros de lata e aumento do *stress* por parte dos residentes. As entidades responsáveis pelo desenvolvimento do turismo da Boavista deverão definir estratégias adequadas para minimizar os efeitos socio-culturais negativos do turismo, uma vez que se os residentes começarem a ter uma atitude negativa face ao turismo e isso irá influenciar de forma negativa o desenvolvimento turístico desta ilha e os benefícios que esta atividade poderá proporcionar para o desenvolvimento da economia local. É assim que em busca de maior tranquilidade para os residentes e turistas, o Ministério da Administração Interna

em parceria com alguns empreendedores turísticos da ilha, nomeadamente a cadeia hoteleira RIU, implementou no ano de 2008 na ilha da Boavista o projeto Turismo Seguro que consiste na fiscalização e patrulhamento das principais praias da ilha. Entretanto, este projeto não tem conseguido realizar na íntegra os seus objetivos e garantir “100% de segurança”, principalmente aos banhistas das praias devido a carências de meios financeiros e humanos.

A importação do artesanato da Costa Africana é também outro aspeto que tem dado que falar, porque a maioria do artesanato que se encontra a venda nos locais turísticos da ilha não são artesanatos típicos de Cabo Verde e da ilha em concreto, para além de que por regra aplica-se preços diferentes para os nacionais e para os estrangeiros. Deste modo, com vista à promoção e ao incentivo do artesanato local, quer o governo quer a autarquia da ilha deveriam apostar no fomento do artesanato tradicional, ajudando a população local financeiramente, por exemplo por meio de apoios a projetos de criação de micro e médias empresas vocacionadas para a prática de artesanato típico crioulo/boavistense.

A nível ambiental, o impacto da intervenção do homem, por exemplo, nas praias a pretexto de iniciativas turísticas, é limitado quando comparado com os efeitos do turismo na sua globalidade. Os investimentos mais visíveis estão relacionados com as construções de hotéis e outras infra-estruturas turísticas, mas os diplomas legais que definiram e delimitaram as áreas protegidas na ilha (com base numa ideia de desenvolvimento do turismo voltada para a necessidade de proteção do ambiente) e primordialmente os diplomas sobre a avaliação de impactes ambientais, assim como a de avaliação ambiental estratégica, que regulam os procedimentos a ter em conta quando se preveja a realização de uma qualquer obra, plano ou projeto suscetível de causar impactes no ambiente, são importantíssimos instrumentos de caráter preventivo da política do ambiente. Para além destes instrumentos legais de gestão ambiental, a aposta pode também passar pela adoção de mecanismos práticos como seja a promoção do uso de painéis solares (reduzindo-se assim as despesas com a eletricidade e aproveitando-se o sol da ilha durante todo o ano), a reutilização das águas residuais no aproveitamento da rega dos jardins tanto públicos como privados, o fomento do uso de bicicleta, de burros e de passeios a pé, a promoção de centros temáticos sobre o ambiente de forma a também se sensibilizar a população e comunidade local para a proteção do meio ambiente.

O setor público e privado, responsáveis pelo desenvolvimento do turismo devem implementar medidas que contribuam para a maximização dos benefícios do turismo para a qualidade de vida dos residentes, crescimento da economia local e envolvimento dos residentes no processo de planeamento e desenvolvimento da atividade turística. Para tal deverão levar a cabo políticas e estratégias que maximizem os benefícios do turismo e minimizem os custos da atividade turística. Isto implica, uma estratégia de desenvolvimento que consiga dinamizar a economia local. Esta dinamização passa por garantir aos residentes locais oportunidades de investimentos em atividades económicas que integram o setor turístico.

No contexto da ilha da Boavista, torna-se evidente a necessidade de uma melhor preparação da comunidade local para que esta passe a se relacionar com o fenómeno turístico numa perspetiva de desenvolvimento e não de subsistência. Precisa-se melhor conhecer e compreender a dimensão e os meandros de problemas que afligem o quotidiano da ilha, simultaneamente como causa e efeito dos problemas sociais cadentes e assim fazer que estes problemas (como o proliferar de bairros de lata, a precariedade do emprego, o fenómeno “*meninos de rua*” e muitos outros que ameaçam a estabilidade emocional da juventude por via da introdução e do desenvolvimento de novos hábitos de consumo, incluindo de estupefacientes, ou se consentir que as doenças sexualmente transmissíveis se propaguem para lá do que as características endógenas da ilha possam prever) sejam combatidos por meio de ações afirmativas e a execução planificada paralelamente às diferentes fases de implementação de planos e investimentos turísticos, não tanto para não espantar os visitantes, como para não consentir que estes, necessários e desejados, se tornem, precisamente, em fatores de agravamento das nossas próprias dificuldades de desenvolvimento.

Os setor públicos e privados nacionais devem caminhar juntos e em parceria, para que o turismo não seja apenas uma atividade financeiramente lucrativa para os investidores, mas também um recurso para a desenvolvimento económico, no respeito pelo ambiente e pela equidade social da ilha e do país. Estes três elementos interagem e são vitais para um turismo que efetivamente traga ganhos para todos.

Em termos de possíveis linhas de investigação futuras, propõem-se as seguintes linhas:

- Aplicação do modelo de análise turístico da ilha da Boavista a outras ilhas.
- Criação de um plano de avaliação da sustentabilidade aplicável a Cabo Verde.

- Implementação de projectos turísticos inovadores e baseados no conceito da sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

AICEP Portugal Global, *Cabo Verde – Ficha de Mercado*, maio de 2012 – disponível em

http://www.chooseportugal.com.pt/files/_CaboVerdeFichaMercado_4f688635d5b8d0.pdf

ALMEIDA, João Ferreira (2000), *Os portugueses e o ambiente I Inquérito Nacional às representações práticas dos portugueses sobre o ambiente*, Celta Editora, Oeiras, Portugal.

ALMEIDA, Germano (1994), *A ilha fantástica*, Cabo Verde.

ALVES, César dos Santos (2009), *A importância do ecoturismo no património arquitetónico de Cabo Verde: das potencialidades à prática*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa.

AMBIENTT CONSULTORIA ESTUDOS & PROJETOS, *Estudo de Impacto Ambiental – Resumo Não Técnico: Complexo Habitacional Praia de Estoril, Boavista* – disponível em www.sia.cv

BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2008), *Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas, Gerência 2007*, Praia.

BAPTISTA, Mário (2003), *Turismo Gestão Estratégica*, Editorial Verbo, Lisboa.

BARBIERI, J.C. (1997), *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*, Rio de Janeiro.

BARBOSA, L.; ZAMOT, F. (2004), *Políticas Públicas Para o Desenvolvimento do Turismo: o Caso do Município de Rio das Ostras*.

BARROS, José Veiga (2007), *Impacte do Turismo no Desenvolvimento Sócio-económico: o caso da ilha do Sal*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

BARRETO, Luís S. (1997), *O ambiente e a economia*, Editorial Minerva, Lisboa.

BULL, Adrian (1995), *The Economics of Travel and Tourism*, 2ª ed., Longman.

CABO VERDE NATURA (2001), *II Inventário y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas De Sal, Boavista y Maio.*

CABRAL, J. C. (2005), *O papel do turismo no desenvolvimento de Cabo Verde - Turismo e combate à pobreza: Nu djunta-mô*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, 2005.

CALIXTO, Sandra Antunes Moreira (2010), *Análise de Modelos de Desenvolvimento Turístico da Ilha de Santiago*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa.

CARVALHO, João Conrado de Amorim (2005), *Desenvolvimento sustentável e turismo: o caso dos Lençóis Maranhenses*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro.

COOPER, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Wanhill, S. (1993), *Tourism Principles and Practice*, London: Pitman.

CUNHA, Licínio (1997), *Economia e Política do Turismo*, McGraw-Hill, Lisboa.

CUNHA, Licínio (2003), *Perspetivas e Tendências do Turismo*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

CUNHA, Licínio (2009), *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.

CUNHA, Licínio, *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário* – disponível em
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/665/A+Defini;jsessionid=0155FBA7A038AC8A0CFB741725B70C13?sequence=1>

CUNHA, Licínio (2009), *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.

EAGLES, P.F. et al. (2002), *Sustainable Tourism in Protected Areas: guidelines for planning and management*, IUCN, UK.

ECO, Umberto (2010), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 16ª Edição, Editorial Presença.

FERREIRA, Eduardo Sarmiento (2008), *O turismo sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2010), *Relatório do FMI n.º 10/367 – Cabo Verde: Plano Estratégico de Redução da Pobreza – Relatório de Seguimento*.

FURZE, B.; DE LACY, T. & BIRCKHEAD, J. (1996), *Culture, Conservation and Biodiversity: the social dimension of linking local level development and conservation through protected areas*, Chichester: John Wiley & Sons.

HENRIQUES, Cláudia (2003), *Turismo, Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Silabo, Lisboa.

HOLANDA, Luciana Araújo; VIEIRA, Marcelo Milano (2003), *Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local – in Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*, CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano, Editora Universitária, Recife.

INE (2011a), *Recenseamento da população de 1900-2010*, Praia, disponível em www.ine.cv

INE (2012), *Dados sobre a oferta turística cabo-verdeana entre 2001 e 2011* – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

INE (2012a), *Dados sobre a oferta turística na ilha da Boavista entre 2004 e 2011* – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

INE (2012b), *Dados sobre a procura turística na ilha da Boavista em 2011* – disponível em www.ine.cv

INE (2013), *Dados sobre a procura turística cabo-verdeana entre 2008 e 2012* – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2004), *Livro Branco da Formação Profissional*, Cabo Verde.

KRIPPENDORF, J. (2001), *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, São Paulo: Aleph.

LIMA, Liza Helena Alves (2008), *Áreas Protegidas e/ou zonas de desenvolvimento turístico em Cabo Verde? O caso da ilha da Boavista*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.

LIVRAMENTO, Larissa Sousa (2012), *Turismo Cultural e Eventos: A importância de transformar os eventos culturais da ilha de São Vicente em produtos turísticos*, Mindelo, Cabo Verde.

MENDES, Susana (2001), *O Homem e a Responsabilidade Ambiental: O Turismo de Natureza e a Sustentabilidade*, Zaina Editores, Chamusca.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE – Direção Geral do Turismo, *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, 2010-2013* – disponível em www.portoncv.gov.cv

MINISTÉRIO DA QUALIFICAÇÃO E EMPREGO (2008), *Estudo/Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde*, Praia.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO (2004), *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza*, Praia.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA – Direção Geral do Ambiente, *Proposta de Plano de Gestão de Zonas Húmidas Boavista/ Cabo Verde* – disponível em www.sia.cv

MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCAS – Direção Geral do Ambiente (2004), *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde*, Praia.

NASCIMENTO, Lidiane (2008), *Investimento Estrangeiro Direto em Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas.

OIT, *Informações básicas e parâmetros para adoção da política de salário mínimo em Cabo Verde*, (2010) – disponível em <http://www.ine.cv/actualise/destaques/Files/Cap%20Vert%20Presentation%20etude%20preliminaire%20Modo%20de%20Compatibilidade.pdf>

OLIVEIRA, J. A. (2001), *A variável socioambiental nos processos de planeamento do setor turístico*.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário (2007), *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas*, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário e JESUS, Júlio (2003), *Fundamentos de Avaliação de Impacte Ambiental*, Universidade Aberta, Lisboa.

PEARCE, Douglas (1987), *Tourism Today: A geographical analysis*, Longman Scientific & Technical, Longman Group UK Limited.

PENNINKHOFF, Petra (2006), *Responsible tourism and its possible contributions to economic development on the Island of Boavista (Cape Verde)*. Amsterdam: MSc in Economics of Rural Change for Distance Learning Students of the University of London.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SAL-REI, Vol. I (2012), *Caraterização e Diagnóstico* – Relatório.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SAL-REI, Vol. II (2012), *Proposta de Zoneamento* – Relatório.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SAL-REI, Vol. III (2012), *Anexos* – Relatório.

PROJETO CABO VERDE (2010), *Relatório de atividades na área do ambiente, 2010* – disponível em www.projectocaboverde.no.sapo.pt

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Editor Guilherme Valente.

Revista da SDTIBM – FazBem, *Boavista & Maio – duas ilhas, um destino diferente*, n.º 0 (2010), Alfa-Comunicações.

Revista Iniciativa, *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, ed. 08, set. – outubro 2005

Revista Iniciativa, *Empresa & Negócios de Cabo Verde*, ed. 40, jan.-março 2012

SACHS, Ignach (1993), *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*, São Paulo.

SCOTTO, G. e al (2009), *Desenvolvimento Sustentável*, 4ª Ed., Petropolis, RJ: Vozes.

SOUZA, Chris Anderson (2009), *Turismo e desenvolvimento: Percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento do Turismo, Universidade de Aveiro.

SPILANIS, Ioannis; VAYANNI, Helen (2003), *Sustainable tourism: utopia or necessity? The role of new forms of tourism in the Aegean Islands* – disponível em http://www.aegean.gr/lid/internet/elliniki_ekdosi/TEL_DIMOSI/JOST%20407%20proofs.pdf

UNEP (2007), *Negative Economic Impacts of Tourism* – disponível em <http://www.unep.org/pc/tourism/sust-tourism/economic.htm>

UNEP; WTO (2005), *Making tourism more sustainable: A Guide for Policy Makers*. Paris: UNEP e Madrid – disponível em <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>

VIEIRA, João Martins (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.

WEARING, Stephen; NEIL, John (2001), *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*, Editora Manole, São Paulo.

WTO (1998), *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism*, Madrid.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA CABO VERDE - Lei Constitucional n.º 1/VII/2010, de 3 de maio.

CABO VERDE (1993), Decreto - Lei n.º 86/IV/93, de 26 de junho, Boletim Oficial n.º 27, I Série: Define as bases da política do ambiente.

CABO VERDE (1997) - Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de julho, Boletim Oficial n.º 10, I Série: Desenvolve as Bases da Política do Ambiente.

CABO VERDE (2006) - Decreto-Regulamentar n.º 4/2006, de 3 de julho, Boletim Oficial n.º 19, I Série: Define o regulamento e a composição do Conselho Nacional do Ambiente.

CABO VERDE (2006) - Portaria n.º 3/2006, de 23 de janeiro, Boletim Oficial n.º 4, I Série: Define o regulamento e a composição do Comité de Gestão e Seguimento do Segundo Plano de Ação para o Ambiente.

CABO VERDE (2006) - Decreto-Lei n.º 29/2006, de 6 de março, Boletim Oficial n.º 10, I Série: Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente.

CABO VERDE (1990) - Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro de 1990, da Assembleia Nacional Popular, *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde* n.º 52: Estabelece as Bases do património cultural”.

CABO VERDE (2003) - Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, Boletim Oficial n.º 5, I Série: Estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas.

CABO VERDE (2006) - Resolução n.º 158/VI/2006, de 9 de janeiro, Boletim Oficial n.º 2, I Série: Aprova o Livro Branco sobre o Estudo do Ambiente.

CABO VERDE (2007) - Portaria n.º 23/2007, de 27 de agosto, Boletim Oficial n.º 32, I Série: Designa a Direção Geral do Ambiente a autoridade administrativa competente definidos pela Convenção sobre o Comércio Internacional das espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção.

CABO VERDE (2010) -Decreto-Regulamentar n.º 72/2010, de 13 de dezembro, Boletim Oficial n.º 48, I Série: Aprova o Plano Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde.

CABO VERDE (2002) - Decreto-Regulamentar n.º 7/2002, de 30 de dezembro, que estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção.

CABO VERDE (2003) - Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de março, Boletim Oficial n.º 10, I Série: Define o sistema nacional de proteção e controlo do ar.

CABO VERDE (2012) - Resolução n.º 24/2012, de 25 de abril, Boletim Oficial n.º 25, I Série: Aprova o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades.

CABO VERDE (2003) - Decreto n.º 31/2003, de 1 de setembro, Boletim Oficial n.º 28, I Série: Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros, e respetiva fiscalização, tendo em vista a proteção do meio ambiente e a saúde pública.

CABO VERDE (2004) - Decreto-Lei n.º 7/2004, de 23 de fevereiro, Boletim Oficial n.º 6, I Série: Estabelece as normas de descargas das águas residuais.

CABO VERDE (2002) - Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de janeiro, Boletim Oficial n.º 2, I Série: Proíbe a extração e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.

CABO VERDE (2005) - Decreto-lei n.º 81/2005, de 5 de dezembro, Boletim Oficial n.º 49, I Série: Estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico.

CABO VERDE (1998) - Decreto-Lei n.º 22/98, de 25 de maio, Boletim Oficial n.º 19, I Série: Aprova as normas mínimas relativas à elaboração e aprovação de projetos de construção, à insonorização e às condições de segurança dos estabelecimentos de funcionamento noturno de diversão.

CABO VERDE (2010) - Lei n.º 76/VII/2010, de 23 de agosto, Boletim Oficial n.º 32, I Série: Cria a Taxa Ecológica.

Sítios na Internet:

www.aho.afro.who.int

www.areasprotegidas.gov.cv

www.asa.cv

www.asemana.publ.cv

www.bcv.cv

www.chooseportugal.com.pt

www.cvinvest.cv

www.electra.cv

www.iefp.cv

www.ine.cv

www.portoncv.gov.cv

www.portugalcabo Verde.cv

www.projectocabo Verde.no.sapo.pt

www.recil.grupolusofona.pt

www.sdtibm.cv

www.sia.cv

www.turismo.cv

www.unep.fr

www.uneptie.org